

RAYMOND WILLIAMS

O CAMPO
E A CIDADE

Na história e na literatura

Tradução
Paulo Henriques Britto


COMPANHIA DE BOLSO

11-28

1. CAMPO E CIDADE

“Campo” e “cidade” são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas. O termo inglês *country* pode significar tanto “país” quanto “campo”; *the country* pode ser toda a sociedade ou só sua parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida — de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se a ideia de centro de realizações — de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica.

A realidade histórica, porém, é surpreendentemente variada. A “forma de vida campestre” engloba as mais diversas práticas — de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais —, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantations* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial. O que há em comum entre as cidades antigas e medievais e as

metrópoles e conurbações modernas é o nome e, em parte, a função — mas não há em absoluto uma relação de identidade. Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial. Mesmo o conceito de aldeia, aparentemente simples, revela ao longo da história uma grande diversificação — seja de tamanho e natureza, seja, internamente, quanto ao fato de as comunidades serem dispersas ou nucleadas, e isso tanto na Grã-Bretanha como em qualquer outro lugar.

Apesar de todas essas diferenças, persistem certas imagens e associações; e o objetivo deste livro é descrevê-las e analisá-las, vê-las conectadas à experiência historicamente variada. Por motivos de ordem prática, a maioria dos exemplos que utilizei é da literatura inglesa, ainda que meus interesses sejam muito mais amplos. De qualquer modo, deve ficar claro que a experiência inglesa é especialmente significativa, na medida em que uma das transformações decisivas nas relações entre campo e cidade ocorreu na Inglaterra muito cedo, e num grau tão acentuado que, sob certos aspectos, não encontra paralelo. A Revolução Industrial não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional. Na fase imperialista da história da Inglaterra, a natureza da economia rural, na Grã-Bretanha e em suas colônias, foi, mais uma vez, transformada muito cedo: a importância da agricultura doméstica tornou-se quase nula, com apenas 4% dos homens economicamente ativos trabalhando na agricultura — isso numa sociedade que, em toda a longa história das comunidades humanas, já havia se tornado a primeira de população predominantemente urbana. Como boa parte dos principais processos de desenvolvimento subsequentes — e mais, o próprio conceito generalizado de “desenvolvimento” — vem se dando nessa direção, a experiência inglesa continua sendo excepcionalmente importante: é não apenas sintomática como também, sob certos aspectos, reveladora; e por sua intensidade será sempre memo-

rável, independentemente do que possa vir a suceder. Pois o fato fundamental é que, com todas essas experiências transformadoras, as atitudes inglesas em relação ao campo e às concepções da vida rural persistiram com um poder extraordinário, de modo que, mesmo depois de a sociedade tornar-se predominantemente urbana, a literatura, durante uma geração, continuou basicamente rural; e mesmo no século XX, numa terra urbana e industrializada, é extraordinário como ainda persistem formas de antigas ideias e experiências. Tudo isso dá à experiência e à interpretação inglesas do campo e da cidade uma importância permanente, ainda que não exclusiva, é claro.

Essa importância pode ser formulada, e terá de ser avaliada, enquanto problema geral. Vale dizer logo de início, porém, que, para mim, a questão sempre foi pessoal, desde que me tenho por gente. Isso porque, numa Grã-Bretanha predominantemente urbana e industrializada, quis o acaso que eu nascesse numa aldeia remota, uma antiquíssima povoação do interior, na fronteira entre a Inglaterra e o País de Gales. A trinta quilômetros da aldeia, no final de uma linha de ônibus, havia, de um lado, uma antiga cidade com uma catedral; do outro, uma antiga cidade de fronteira que era um centro comercial; mas a apenas alguns quilômetros dali surgiam as primeiras cidades e aldeias da grande região produtora de carvão e aço do sul de Gales. Antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação, com uma clareza inesquecível. Meus estudos levaram-me a uma outra cidade, construída ao redor de uma universidade, e desde então, vivendo, viajando e trabalhando, tive oportunidade e necessidade de visitar muitas cidades grandes, de diferentes tipos, e de olhar para a frente e para trás, no espaço e no tempo, conhecendo e tentando conhecer essa relação, enquanto experiência e enquanto problema. Já escrevi a esse respeito de diversas maneiras, mas ao mesmo tempo venho coletando, ao longo dos anos, o material necessário para escrever sobre o assunto explicitamente, com uma abordagem de história social, literária e intelectual.

O resultado é este livro; ainda que frequente e necessariamente ele adote procedimentos impessoais de exposição e análise, há sempre, por trás de tudo, um ímpeto, um engajamento pessoal. E, como a relação entre campo e cidade é não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa, não julgo necessário justificar esta causa pessoal, ainda que faça questão de mencioná-la.

Assim, logo de saída, antes mesmo de iniciar a argumentação, devo dizer que para mim a vida rural tem diversos significados. São os olmos, os pilriteiros, o cavalo branco no campo que vejo pela janela enquanto escrevo. São os homens na tarde de novembro, voltando para casa depois da poda, as mãos enfiadas nos bolsos dos casacos cáqui; e as mulheres de lenço na cabeça, paradas às portas das casas, esperando pelo ônibus azul que as levará para o campo, onde trabalharão na colheita durante o horário escolar. É o trator descendo a estrada, deixando a marca denteada dos pneus na lama; é a luz acesa na madrugada, na criação de porcos do outro lado da estrada, no momento de um parto; o caminhão lerdo na curva fechada, repleto de carneiros amontoados na carroceria; o cheiro forte do melaço na forragem. É a terra estéril, de argila saibrosa, não muito longe daqui, que está sendo loteada para a construção de casas, ao preço de 12 mil libras o acre.

Como já disse antes, nasci numa aldeia e até hoje moro numa aldeia. Mas nasci ao pé das Black Mountains, na divisa de Gales, onde os prados são de um verde vivo que contrasta com o vermelho da terra arada, e as árvores mais próximas de minha janela são carvalhos e azevinhos. Agora vivo na planície, num promontório de argila saibrosa, perto de diques e comportas, na terra negra da região de Fens, sob os amplos céus de East Anglia.

Esse contraste físico é uma presença constante para mim, mas não é o único contraste. No seio daquela aldeia nas Black Mountains, como também nesta, há um contraste profundo impregnado de inúmeros sentimentos: contraste entre o que parece

natureza virgem — a presença física das árvores, aves, paisagens em movimento — e uma agricultura ativa, que na verdade produz boa parte da natureza. Ambos os tipos de sebe — ali sobre uma plataforma, aqui brotando do chão plano ou ladeando uma vala, juntamente com os carvalhos e azevinhos, os olmos e pilriteiros que as acompanham, tudo isso foi visto, plantado e cultivado pelo homem. No final da trilha perto da casa de minha infância existe agora uma ampla rodovia, pela qual passam caminhões em alta velocidade. Contudo, aquele caminho também foi aberto, pavimentado e usado por veículos: só está ali há duas gerações, desde o tempo em que um jovem construtor casou-se com a filha de um fazendeiro e recebeu um pedaço de terra para lá construir sua casa, e depois sua oficina, juntamente com o caminho, e depois as casas vizinhas, e depois oficinas sucessivamente convertidas em casas; a primeira dessas oficinas veio a ser a primeira casa de meus pais. No campo onde vejo o olmo e o cavalo branco, atrás da minha casa atual, existem tênues vestígios de uma construção do século IX, e trinta centímetros abaixo da grama jaz uma estrada de pedras, que oferece resistência às estacas que agora estão sendo cravadas para uma cerca de arame.

Assim, essa vida campestre tem muitos significados: em termos de sentimentos e de atividades; no espaço e no tempo. As pedras da estrada soterrada são mais velhas que a universidade, à qual se chega por uma trilha de cavalo, oito quilômetros de sebes ralas de pilriteiros, passando pelo campo aberto, varrido pelo vento, e pelo bosque de Starvegoose. De certa forma, os trinta centímetros de terra que cobrem equivalem a um milênio. Mas aquele caminho na aldeia das Black Mountains, agora tão diferente tanto da rodovia quanto da alameda que ainda guardo na memória, é recente: remonta à época em que meu pai, aos doze anos de idade, foi trabalhar na fazenda. Guardo comigo as referências dadas pelo fazendeiro quando meu pai foi embora: um texto escrito em letra trêmula e arredondada, atestando que ele era honesto e trabalhador. E ele partiu para ser cabineiro da estrada de ferro — aquela linha quádrupla atravessando o vale, estrada velha, ferrovia de mina; estrada nova, ferrovia de

passageiros; os cortes e terraplenos que lembram contrafortes; familiares, assentados há cem anos. Quando nasci, meu pai era sinaleiro, na cabine do vale; integrava uma rede que se estendia a lugares conhecidos, Newport e Hereford, mais ao longe, Londres; ele, porém, continuava um aldeão, com seus jardins e suas abelhas, levando frutas e legumes ao mercado, de bicicleta — uma outra rede, da qual ele participava com sua bicicleta, até um mercado onde os fazendeiros chegavam em carros e os comerciantes em caminhões: o século em que vivemos. Como seu pai, ele nascera para aquela terra, porém — como seu pai — não podia viver dela. Joseph, meu avô, foi lavrador até a meia-idade; então, perdeu o emprego e a casa, e foi trabalhar na estrada que ia para os Midlands e outras cidades, cortando galhos e limpando a pista. Um tio morava em Londres, outro em Birmingham; nos feriados e nas visitas, nossa família, nos relacionamentos mais diretos, passava do campo para a cidade. Éramos uma família dispersa — ao longo da estrada, da ferrovia, e agora em cartas e textos impressos. Eram essas as diferentes comunicações e conexões entre campo e cidade, passando por lugares e comunidades intermediários, empregos e residências intermediários ou temporários.

Assim, essa vida campestre tinha seus significados, mas eles mudavam, tanto em si próprios quanto em relação a outros. No sudoeste, à noite, víamos o brilho dos altos-fornos da região industrial do sul de Gales, do outro lado da serra negra de Brynarw. Agora, no leste, à noite, acima do campo dos olmos e do cavalo branco, vejo o brilho que vem de Cambridge: um branco de laivos alaranjados; e no outono, aqui, os restos são queimados, e o fogo por vezes chega às sebes; uma noite, quando vi esse fogo pela primeira vez, pensei tratar-se de um estranho incêndio acidental. A minha própria rede, que inclui este lugar onde escrevo junto à janela, compreende Cambridge, Londres e, mais além, os lugares assinalados por selos e carimbos diferentes, as cidades distantes: Roma, Moscou, Nova York.

As luzes da cidade. Saio de casa no escuro, antes de deitar-me, e olho para aquele brilho no céu: olho para a cidade pensando

no Jude de Hardy,* contemplando a distante Christminster, atingível e inatingível. Ou penso em Wordsworth, vindo do campo para Londres e dizendo, na ponte de Westminster:

*Nada há na terra de maior beldade:
Só um insensível para contemplar
Vista tão límpida sem se empolgar:
Como se fosse um traje, esta cidade
Ostenta da manhã a claridade,
O silêncio e a beleza sem par;
Torres e cúpulas se elevam no ar
Em luminosa e suave majestade.^{1**}*

É bem verdade que se trata de uma visão da cidade antes da azáfama e do barulho do dia de trabalho, porém não há como não reconhecer esse sentimento, e eu próprio o experimentei muitas e muitas vezes: os grandes prédios da civilização; os pontos de encontro; as bibliotecas e teatros, as torres e cúpulas; e — muitas vezes ainda mais emocionante — as casas, as ruas, a tensão e o entusiasmo de estar no meio de tanta gente, com tantas metas diferentes. Já me vi em muitas cidades e experimentei essa sensação — nas diferenças físicas entre Estocolmo, Florença, Paris e Milão, esta qualidade identificável e comovente: o centro, a atividade, a luz. Como todo mundo, também já senti o caos dos metrô e engarrafamentos de trânsito; a monotonia de casas idênticas enfileiradas; a pressão agressiva de multidões de desconhecidos. Mas isso só se configura como experiência, como uma experiência adulta, quando passa a incluir também o movimento dinâmico,

* Referência a *Jude the Obscure* [Judas, o Obscuro], romance de Thomas Hardy. (N. E.)

** Earth has not anything to show more fair:/ Dull would he be of soul who could pass by/ A sight so touching in its majesty:/ This city now doth, like a garment, wear/ The beauty of the morning; silent, bare,/ Ships, towers, domes, theatres and temples lie/ Open unto the fields, and to the sky;/ All bright and glittering in the smokeless air.

nesses centros de realizações concretizadas, realizações muitas vezes magníficas. H. G. Wells comentou certa vez, ao sair de uma reunião política em que se discutiam as transformações sociais, que aquela grande cidade a seu redor já dava a medida do obstáculo, do quanto seria preciso mudar para que houvesse transformações. Também já experimentei esse sentimento, ao levantar os olhos para contemplar grandes edifícios onde o poder tem sua sede, porém não digo: “Eis a cidade, o grande monumento burguês, estrutura imponente desta civilização ainda precária” — ou não digo apenas isso; digo também: “Foi isto que os homens construíram, muitas vezes de modo magnífico; portanto, não é verdade que tudo é possível?”. De fato, essa sensação de ilimitadas possibilidades, de encontro e movimento, é um fator permanente do sentimento que me inspiram as cidades: um sentimento tão permanente quanto aqueles outros que experimento quando, do alto de uma montanha, contemplo a grande colcha de retalhos multicolorida dos campos que gerações de pessoas de meu sangue limpavam e demarcavam com sebes; ou os lugares conhecidos, as fazendas isoladas, o aglomerado de casinhas em torno de um castelo ou uma igreja, a linha do rio, do bosque, da vereda, do caminho; linhas recebidas e linhas traçadas. Assim, ainda que o campo e a cidade guardem essa importância profunda, cada um a seu modo, meus sentimentos já estão comprometidos antes mesmo que tenha início qualquer argumentação.

Mas, além disso, de modo específico, eu vim de uma aldeia para uma cidade: para ser ensinado, aprender; entregar fatos pessoais, incidentes de uma família, a um registro geral; aprender dados, conexões, perspectivas diferentes. Se os muros das faculdades eram como os dos parques que contornávamos quando crianças, sem poder entrar, agora havia um portão, uma entrada e, no final, uma biblioteca: um registro direto, que cabia a mim aprender a usar. Relembro agora, com ironia, que foi apenas depois de chegar à faculdade que conheci, através de gente cidadina, dos acadêmicos, uma versão influente do que realmente representava a vida campestre, a literatura campestre: uma história cultural preparada e convincente. Li também coisas correlatas, em livros eruditos e

em obras escritas por homens que saíram de escolas particulares para ir trabalhar numa fazenda, e por outros que foram criados em aldeias e agora são escritores do campo — todo um conjunto de livros, periódicos, notícias em jornais: a vida campestre. E me vejo fazendo a mesma pergunta, por causa da história: onde me situo em relação a esses escritores — num outro campo ou nesta cidade que dá valor às coisas? Trata-se de um problema difícil e irônico em sua persistência cultural.

Cambridge, porém, não era apenas isso. Ambivalência, de certo: uma universidade de estudiosos e professores, mas também de instrutores particulares e burocratas do ensino, preparando-se para ocupar cargos mais elevados; um mundo de homens que ampliavam o conhecimento humano e iluminavam a natureza e as vidas dos outros; um mundo de outros homens reunidos por solidariedade de classe, repetindo seus paradigmas legitimadores dentro dos muros da universidade, numa atitude ociosa e arrogante de observação e consumo. Para a minha família, a universidade era algo de estrangeiro, fosse Cambridge ou Bolonha. No entanto, havia também a Cambridge da Stourbridge Fair, que já fora o principal mercado do país: “esta feira admirável, a qual acorre gente de todas as partes da Inglaterra”,² como comentou Defoe na década de 1720; “um admirável aglomerado de gente” que também serviu de modelo para a Feira das Vaidades de Bunyan.* Muito depois, quando voltei na condição de membro do conselho de uma faculdade, constatei que, em virtude (ou na ausência) de um cargo intelectual, eu me tornara de certo modo, e contra a minha vontade, integrante de uma espécie de senhorio coletivo e perpétuo; e pediram-me delicadamente que passasse a frequentar os almoços dos arrendatários, para os quais nunca tive estômago. Lembrei-me do que escrevera Arthur Young sobre a Universidade de Cambridge:

* Em *The pilgrim's progress* — narrativa alegórica da peregrinação da alma a caminho da Cidade Eterna —, de John Bunyan (1628-88), a Feira das Vaidades (*Vanity Fair*) é um local onde se vende toda sorte de “ vaidades”: casas, honrarias, reinos etc. (N. E.)

sua renda anual é de 1600 libras, e por um xelim e seis *pence* um membro pode participar de um jantar do tipo que um cavalheiro com renda anual de mil libras, se for prudente, não poderá oferecer com frequência.³

Defoe já percorrera uma das estradas:

margeando os Fenns, até Huntingdon, onde se entronca com a grande estrada do norte; deste lado, há por toda parte agradáveis terras cultivadas, como acima, decoradas com diversas mansões de cavalheiros.⁴

Young, em 1791, havia percorrido outra:

Tomando a estrada que leva de Cambridge a St. Neot's, veem-se seis ou sete milhas do que espero ser o que há de pior em matéria de lavoura na Grã-Bretanha. [...] Parece haver uma certa coincidência entre o estado da lavoura na proximidade dos venerandos pináculos de Cambridge e o fato de que a agricultura é totalmente ignorada nesta universidade.⁵

É por essa estrada que agora volto em meu carro, da universidade para casa. Agora os campos são bem cultivados. Porém, na próxima aldeia em direção ao oeste, Cobbett viu, em 1822, algo

que em muito assemelha-se a uma aldeia do mesmo tamanho da Picardia, onde vi mulheres puxando grades pela terra para nela afundar os grãos. Sem dúvida, esta aldeia não lembra nada de inglês, a não ser certos burgos podres* da Cornualha e de Devonshire, sobre os quais a Providência

* *Rotten boroughs*: distritos eleitorais com muito poucos eleitores, porém com o direito de eleger um parlamentar; foram abolidos com a reforma de 1832. (N. T.)

parece ter pronunciado uma merecida maldição. A terra por aqui parece ser muito ruim. O campo está nu. As poucas árvores enfezadas que se veem, e até mesmo as sebes de espinheiros, estão cobertas de um musgo amarelo. Tudo é árido e agreste; e, justamente na parte mais inóspita desta paisagem tão inóspita, vê-se, quase oportunamente, a "Forca de Caxton", um braço simpático oferecido ao viandante. Ela foi recentemente repintada e recebeu um letreiro bem legível, em benefício, creio eu, daqueles que não conseguem suportar a ideia de um alqueire de trigo valer quatro xelins.⁶

Também isto é diferente agora, mas sempre que penso nas relações entre campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder — um sistema mais amplo.

Assim, é este o lugar em que me encontro, e ao preparar-me para o trabalho verifico que terei de resolver passo a passo experiências e questões que, antes, moviam-se à velocidade da luz. A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.

Um cão está latindo — latido de cão acorrentado — atrás do celeiro de amianto. Presente e passado; aqui e muitos lugares. Quando há perguntas a formular, empurro minha cadeira para trás, olho para meus papéis e sinto a mudança.

2. UM PROBLEMA DE PERSPECTIVA

O problema inicial é de perspectiva. Alguns anos atrás, mandaram-me um livro para resenhar: um livro sobre o campo, escrito numa linguagem que me é familiar, que deveria me proporcionar prazer. Porém nele, à frente da experiência, havia uma fórmula:

Uma forma de vida que chegou a nós dos tempos de Virgílio subitamente extingue-se.

Os detalhes certamente eram curiosos. Desde os tempos de Virgílio? Aqui? Uma forma de vida campestre?

Contudo, em suas linhas gerais, essa posição já era bem familiar, é claro. Era expressa numa frase memorável do mesmo livro:

Toda uma cultura que havia preservado sua continuidade desde a mais remota antiguidade havia agora recebido o golpe fatal.¹

Segundo o livro, tal acontecera nos últimos cinquenta anos: mais ou menos a partir da Primeira Guerra Mundial. Mas isso levantava um problema. Lembrei-me de uma frase lida numa obra de grande influência: *Culture and environment*,² de Leavis e Thompson, publicada em 1932. A “comunidade orgânica” da “Velha Inglaterra” havia desaparecido; “esta mudança é muitíssimo recente”. Essa posição fundamentava-se basicamente nas obras de George Sturt, publicadas entre 1907 e 1923. Em *Change in the village*,³ obra de 1911, Sturt afirmava que a Inglaterra rural “está morrendo agora”. Assim, sua morte seria recentíssima.

Aí, porém, uma espécie de escada rolante entrava em movimento. Sturt identificava essa extinção com dois períodos: o do cercamento das propriedades rurais [*enclosure*] a partir de 1861 e o da construção de residências no campo depois de 1900. Mas isso nos leva diretamente ao período dos romances de Thomas Hardy, escritos entre 1871 e 1896 e referindo-se à Inglaterra rural das décadas que se seguiram a 1830. E não haviam os críticos afirmado que em Hardy encontrávamos o relato da grande mudança crucial sofrida pela vida campestre: a perturbação e destruição do que foi definido por um escritor como “o ritmo antiquíssimo da agricultura e das estações”? E também foi essa a época de Richard Jefferies, o qual, da década de 1870, contemplando o “velho matuto”, afirmou que o interior da Inglaterra havia sofrido mais mudanças nos últimos cinquenta anos — isto é, a partir da década de 1820 — do que em qualquer período anterior. E George Eliot, em *The mill on the Floss* (1860) e *Felix Holt* (1866), não estava também examinando a velha Inglaterra rural da década de 1820 e do início do decênio seguinte?

Mas agora a escada rolante movia-se sem parar. Pois as décadas de 1820 e 1830 foram a época dos últimos anos de vida de Cobbett que, em contato direto com a Inglaterra rural de seu tempo, relembra os tempos mais felizes da Inglaterra rural de sua infância, durante as décadas de 70 e 80 do século XVIII. Em sua *Memoir*, escrita durante a década de 1820, Thomas Bewick relembra os tempos mais felizes da aldeia onde passara a infância, na década de 1770. A mudança decisiva — argumentavam Bewick e Cobbett — havia ocorrido durante suas vidas. John Clare, em 1809, também olhava para trás —

*Oh, doce Éden dessa idade d'ouro*⁴*

— para uma época que tudo indica tratar-se dos anos 90 do século XVIII, embora o mesmo autor tenha escrito, numa outra

* Oh, happy Eden of those golden years.

retrospectiva de um mundo rural desaparecido, a respeito das “pastagens de outrora, há muito desaparecidas”.

E a escada rolante continuava a se mover. Pois os anos da infância de Cobbett e de Bewick foram também os do poema “The village” de Crabbe (1783) —

*Pois a verdade, ainda que expressa em poesia,
É que campeia nas aldeias a agonia*^{5*}

— e de “The deserted village” de Goldsmith (1769) —

*Neste exato momento julgo ver
As virtudes do campo a morrer.*^{**}

E a aritmética nos levaria a concluir que em suas evocações da doce Auburn —

*aldeia a mais formosa,
Terra salubre, alegre, frutuosa;
Lá a primavera mais cedo chegava,
E o cálido verão mais se quedava;
Recantos de inocência, de lazer,
Onde, menino, eu só via prazer*^{6***}

— Goldsmith nos faz retroceder até a década de 1750.

À medida que nos alongamos nesta viagem no tempo, torna-se claro que está em jogo algo mais que aritmética e, eviden-

* No longer truth, though shown in verse, disdain,/ But own the Village
Life a life of pain.

** E'en now, methinks, as pondering here I stand/ I see the rural virtues
leave the land.

*** loveliest village of the plain,/ Where health and plenty cheer'd the
labouring swain,/ Where smiling spring its earliest visit paid,/ And parting
summer's lingering blooms delay'd;/ Dear lovely bowers of innocence and
ease,/ Seats of my youth, when every sport could please.

temente, algo mais que história. Sem dúvida, para nos defendermos de relatos sentimentalizados e intelectualizados da “Velha Inglaterra”, precisamos do mais aguçado ceticismo. Ao menos algumas dessas testemunhas, porém, escreviam sobre suas vivências pessoais. O que é necessário investigar, nesses casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica. De fato, o fenômeno que chamei de “escada rolante” talvez venha a ser uma pista importante para a verdadeira história dos fatos, mas somente depois de começarmos a ver a regularidade que há nele.

Talvez valha a pena pegar a escada rolante mais uma vez, já que até agora tudo que fizemos foi deslocar a “Velha Inglaterra” e seus antiquíssimos ritmos agrícolas do início do século XX para meados do século XVIII. Quando pensamos em “nosso maduro e realizado século XVIII”, sentimos que talvez não tenhamos nos afastado muito das posições tradicionais. E se retrocedermos até Philip Massinger, no início da década de 1620, em *The city madam* e *A new way to pay old debts?* Nesse momento, o novo comercialismo está destruindo a velha estrutura rural e suas virtudes. É a época dos cercamentos e anexações de sir Giles Overreach. Aqui temos a corrupção de uma civilização rural mais antiga:

*Teu pai
Era um honesto fazendeiro, humilde,
Por ninguém chamado de “senhor”. Dize,
Foi dele que herdaste teu orgulho?*^{7*}

Não sabemos, mas podemos recuar até o *Chrestoleros* de Bastard, de 1598, no qual se faz a mesma queixa; ou, se nos disserem que a mudança ocorreu na virada do século, até a *Utopia* de Thomas More, de 1516, em que uma outra velha ordem está sendo destruída:

* Your father was/ An honest country farmer, goodman Humble,/ By his
neighbours ne'er called Master. Did your pride/ Descend from him?

Pois nos pontos do reino onde se produz a lã mais fina e portanto mais cara, lá os nobres e fidalgos, até mesmo certos abades, certamente santos, não contentes com as rendas e benefícios de suas terras, tal como faziam seus antepassados e predecessores de suas terras, não contentes em viver no ócio e em meio aos prazeres, sem nenhum proveito, e até com muito prejuízo, para o Estado, nada deixam da terra para a lavoura, porém tudo demarcam para servir de pastagem; derubam casas; demolem aldeias, nada deixando em pé senão a igreja, para servir de estábulo para carneiros. E, como se já não fossem desperdiçadas tantas terras em bosques, reservas de caça, prados e parques, esta boa gente transforma todas as terras de morada e de lavra em desolação e aridez.³

Só que, é claro, vamos acabar chegando à Idade Média, uma das sociedades mais orgânicas de que se tem notícia. À década de 1370, por exemplo, em que o Pedro Lavrador [*Piers Plowman*] de Langland vê a insatisfação dos camponeses, que se recusam a comer os legumes da véspera e fazem questão de carne fresca, que culpam Deus e maldizem o rei, mas que antes não se queixavam, quando era a Fome que determinava os Estatutos. Será necessário recuar para antes da Peste Negra, até o início das Leis da Caça, ou para o tempo da Magna Carta, em que Inocêncio III escreve:

o servo serve, aterrorizado por ameaças, enfraquecido pelas corveias, ferido por surras, despojado de seus bens?⁹

Ou será que encontraremos o ritmo antiquíssimo no Domesday,* em que de cada cinco homens quatro são vilões, *bordars*, *cotters*** ou escravos? Ou no mundo livre dos saxões, antes do

* Documento contendo o levantamento geral da economia inglesa, realizado por ordem de Guilherme, o Conquistador, em 1086. (N. T.)

** *Bordar* é o arrendatário que ocupa um chalé e cultiva alguns acres de terra segundo a vontade de seu senhor, ao qual deve algumas obrigações; *cotter* é o vilão situado socialmente entre os escravos e os *bordars*. (N. E.)

saque e da imposição do jugo dos normandos? Ou no mundo céltico, antes de os saxões subirem os rios? No mundo ibérico, antes da chegada dos celtas e sua barbárie dourada? Até onde nos levará essa escada rolante?

Uma resposta óbvia: ao Éden; mais adiante teremos de voltar a esse jardim tão conhecido. Mas primeiro devemos saltar da escada rolante e refletir sobre o sentido geral de seu movimento.

Será apenas o velho hábito de usar o passado, os “bons tempos de antigamente”, como desculpa para criticar o presente? Sem dúvida, algo do gênero está em jogo, mas isso não resolve todas as dificuldades. Os pontos de aparente imobilidade, as sucessivas Velhas Inglaterras às quais nos remetemos com confiança, mas que logo começam a retroceder, têm uma certa importância, desde que encaradas de modo objetivo. Obviamente, todos se localizavam nas infâncias dos autores citados, o que é sem dúvida relevante. Pode-se afirmar que a nostalgia é universal e persistente; só as nostalgias dos outros incomodam. Pode-se argumentar de modo convincente que as lembranças da infância têm uma importância permanente. Mais uma vez, porém, o que parecia ser uma única escada rolante, um perpétuo recuo em direção ao passado, revela-se, após um pouco de reflexão, um movimento mais complicado: a Velha Inglaterra, a estabilidade, as virtudes campestres — na verdade, todas essas coisas têm significados diferentes em épocas diferentes, colocando em questão valores bem diversos. Teremos de realizar uma análise precisa de cada tipo de retrospectão à medida que forem surgindo. Veremos as sucessivas etapas da crítica fundamentada na retrospectão: a religiosa, a humanística, a política, a cultural. Cada uma dessas etapas por si só merece uma análise. E então, sobre cada uma dessas questões — que, no entanto, nos levam por fim a uma grande questão central — há uma outra consideração diferente a fazer.

As testemunhas que citamos levantam questões de perspectiva e fatos históricos, porém também levantam questões de perspectiva e fatos literários. As coisas que elas dizem não são todas ditas em uma mesma modalidade de discurso. Enquanto fatos, variam de falas de peças teatrais e trechos de romances a

argumentações de ensaios e anotações de diários. Quando os fatos em questão são poemas, são também — o que talvez seja de importância crucial — poemas de tipos diferentes. Só poderemos analisar essas importantes estruturas de sentimentos se fizermos tais discriminações críticas desde o início. E então o primeiro problema de definição — um persistente problema de forma — é a questão do bucólico, daquilo que se entende por bucólico.

Es:
un
qu
qu
pe

A
d
c
r
f
t

5. CIDADE E CAMPO

No entanto, a estrutura de sentimentos resultante não se baseia apenas na ideia de um passado mais feliz. Apoia-se também numa outra ideia de inocência, associada à primeira: a inocência rural dos poemas bucólicos, neobucólicos e reflexivos. A chave de sua compreensão é o contraste entre, de um lado, o campo e, de outro, a cidade e a corte: aqui natureza, lá mundanidade. Muitas vezes tal contraste depende justamente do tipo de escamoteação do trabalho rural — e das relações de propriedade através das quais esse trabalho é organizado — que já observamos. Porém há outros elementos envolvidos. Os meios de produção agrícola — os campos, os bosques, as plantações, os animais — são atraentes para o observador e — sob muitos aspectos, nas estações propícias — para os homens que lá trabalham. Isso pode ser contrastado de modo eficaz com os mercados e escritórios do mercantilismo, ou com as minas, pedreiras, oficinas e fábricas da produção industrial. Esse contraste, sob muitos aspectos, ainda vigora.

Mas há também, e sempre houve, uma separação ideológica entre os processos de exploração rural, que de certo modo se dissolvem na paisagem, e o registro dessa exploração nos tribunais, nos mercados financeiros, no poder político e nos gastos conspícuos da cidade.

O contraste retórico entre a vida urbana e a campestre é certamente tradicional: Quintiliano utiliza-o como primeiro exemplo de uma tese convencional, e os contrastes entre ganância e inocência, com essas localizações características, são comuns na literatura grega tardia e na latina. Mas foi especialmente em relação a Roma que o contraste cristalizou-se, no momento em que a cidade passou a poder ser vista como um organismo independente. Nas sátiras mordazes de Juvenal en-

contramos um tom que é mais do que convencional: um catálogo extenso e explícito de formas de corrupção.

*Que posso eu fazer em Roma? Nunca aprendi
A mentir.¹*

Essa vida fervilhante, de lisonja e suborno, de sedução organizada, de barulho e tráfego, com ruas perigosas por causa dos ladrões, com casas frágeis e amontoadas, sempre ameaçadas de incêndio, é a cidade como algo autônomo, seguindo seu próprio caminho. Assim, refugiar-se desse inferno no campo ou na costa já é uma visão diferente do simples contraste entre a vida rural e a urbana. Trata-se, naturalmente, de uma visão de *rentier*:* o campo fresco no qual o poeta se refugia não é o do agricultor, e sim o do morador desocupado. As virtudes rurais permanecem apenas como lembrança, como se vê na Sátira XIV:

*Os velhos camponeses das montanhas
Diziam aos filhos: [...]
Contentai-vos com uma choupana humilde [...]*²

Na cidade, tais virtudes muitas vezes não passam de uma nostalgia mentirosa:

*Aqueles círculos romanos que afetam
Velhas virtudes rurais como fachada para sua lascívia.³*

Pois a visão é especificamente urbana, mesmo quando negativa.

*Naquele tempo em que o mundo
Era jovem, o céu ainda brilhante e novo, a vida era diferente.⁴*

Mas essa referência convencional ao passado, na Sátira VI, aponta para um tempo

* Em francês no original: pessoa que vive de rendas. (N. E.)

*Em que os homens habitavam
Cavernas frias, com lareira e deuses-lares,
Família e gado, todos juntos na escuridão⁵*

e em que as mulheres eram “mais peludas que seus maridos”. Idealiza-se não a economia rural, do passado ou do presente, mas sim uma casa de campo comprada, ou um “encantador refúgio na costa”, ou mesmo “uma árida ilha costeira”. Isso, portanto, não é um sonho rural, e sim suburbano. E se coloca em reação direta à corrupção interna da cidade: a ascensão do advogado, do comerciante, do general, do cáfeten e do proxeneta; o fedor do *status* e do lucro; o barulho e os perigos de viver numa aglomeração. De fato, na Sátira XV é o ideal urbano que é celebrado:

*Razão soberana, o impulso de ajudarmos uns aos outros,
Juntar grupos dispersos em povos, abandonar
Os bosques e florestas onde viveram nossos ancestrais;
Construir casas em grupos, dormir melhor com a presença
Dos vizinhos a nosso redor, descobrir a segurança coletiva. [...]*⁶

E então é acrescentado o toque exato:

Mas hoje até as cobras se entendem melhor que os homens.⁷

Essa poderosa sátira à corrupção da vida urbana veio exercer uma influência extraordinária sobre a literatura subsequente; e vem sendo revivida, sem que haja influência, em muitos lugares, por muitas gerações. Mas o importante é a maneira como ela foi incorporada ao contraste tradicional, mais suave, entre vida urbana e vida campestre. Afinal, Roma era um caso especial: a capital de um império, uma metrópole. Era possível levantar suas origens na exploração de dezenas de povos. Porém sua corrupção específica e espetacular torna-se coisa bem diversa quando é incorporada a uma versão das relações entre uma ordem urbana qualquer e uma ordem rural qualquer, como

modo de ratificar esta última. Aqui, claramente, situa-se o ponto de transição ideológica.

As causas socioeconômicas do crescimento das cidades, o novo movimento urbano da Alta Idade Média, o povoamento pós-feudal — tais questões ainda são altamente controversas. Há argumentos em favor de um certo grau de crescimento independente, como na extensão do comércio (Pirenne). Houve crescimento em relação a habitações de religiosos e casernas. Houve um desenvolvimento importantíssimo na produção artesanal independente, com tendências próprias referentes à concentração e às formas urbanas de controle. Porém, direta ou indiretamente, a maioria das cidades aparentemente se desenvolveu como um aspecto da ordem agrícola: num nível mais simples, como mercados; num nível mais elevado, refletindo a verdadeira ordem social, como centros de finanças, administração e produção secundária. Surgiam então formas de interação e tensão as mais variadas, e algumas cidades adquiriram certo grau de autonomia. Mas no período que estamos examinando, nos séculos XVI e XVII, quando a transição ideológica ocorreu, as bases efetivas da sociedade ainda eram a propriedade da terra e a produção rural a ela associada, e as cidades, até mesmo a capital, estavam funcionalmente relacionadas a essa ordem dominante. Uma das novas bases — o lucro mercantil — afetava justamente essa relação direta. Muitas das queixas convencionais referem-se precisamente a essa perturbação. Contudo, ao lermos as comparações abstratas entre virtude rural e ganância urbana, não devemos cair na tentação de esquecer os vínculos regulares, necessários e funcionais entre as ordens sociais e morais que eram contrastadas de modo tão fácil e convencional.

Assim, no poema de Jonson a Wroth todos podemos sentir o contraste entre o gentil-homem rural e os homens mundanos da cidade. Mas o que fazem os advogados boa parte do tempo senão confirmar títulos de propriedade de terras? Muito do que é vendido e comprado nos mercados é a mais-valia dos desprezados trabalhadores — do próprio país e, à medida que o comércio se desenvolvia, do exterior. E, à medida que ganha

importância a ordem urbana fundamentada no dinheiro, para onde vai o grosso do novo capital, senão de volta para o campo, a fim de intensificar o processo de exploração? A ganância e a mesquinhez, tão fáceis de serem isoladas e condenadas na cidade, retornam visivelmente para as mansões senhoriais, cercadas de plantações e trabalhadores. E trata-se de um processo duplo. A exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade. Por outro lado, porém, os lucros provenientes de outros tipos de exploração — a riqueza acumulada do comerciante, do advogado, do cortesão — vão penetrar o campo, como se (mas trata-se de uma aparência apenas) fossem um novo fenômeno social. Conforme foi dito a respeito dos comerciantes, em 1577:

Com frequência trocam propriedades com gentis-homens do modo como os gentis-homens fazem com eles: pela mútua conversão de um no outro.

Essa mútua conversão é o cerne da questão. É comum encarar o processo social desse período como uma espécie de infecção proveniente da cidade:

da qual (como se de uma rica e próspera sementeira) cortesãos, advogados e comerciantes fossem constantemente transplantados.⁸

Sem dúvida: Penshurst é um bom exemplo disso. Mas um conflito de interesses verdadeiro, entre os radicados no campo e os radicados na cidade, que se definisse constantemente na economia em transformação da época podia se tornar a base de uma ideologia, segundo a qual uma ordem inocente e tradicional estaria sendo invadida e destruída por uma nova ordem, mais impiedosa.

As complexas transformações ocorridas nas relações de propriedade durante todo o período de dissolução do feudalismo sem dúvida são evidentes. Os comerciantes e os advogados eram os novos tipos mais facilmente identificáveis e isoláveis. Em

meados do século XVI, Robert Crole criticou o processo numa referência extraordinariamente precisa àquela ordem feudal em que cada homem deveria exercer sempre a atividade que lhe era atribuída desde o berço:

*Se os comerciantes se ocupassem
Apenas de mercadorias,
Deixando as fazendas para aqueles
Que delas precisam viver,
Bem honrados então seriam.**

Porém, essa rigidez de propriedades e profissões já vinha desaparecendo havia pelo menos dois séculos, tanto no campo quanto em qualquer outro lugar. É uma fantasia agradável, mas em última análise uma ilusão, supor, como afirma Crole, que apenas os comerciantes

*tomam fazendas
Só para depois alugá-las
Àqueles que delas precisam,
Embora os façam sofrer;
E impor-lhes pesados laudêmios
Ou elevar os aluguéis.***

Isso estava acontecendo por toda parte. Não era preciso que os comerciantes ensinassem a prática aos senhores de terras, como já vimos em Thomas More. Ou, nas palavras de um personagem de Jonson, em *The devil is an ass*:

*São coisas que acontecem todo dia: as terras
Que eram do cliente são do advogado agora;*

* If Merchants would meddle/ With merchandise only,/ And leave farms to
such men/ As must live thereby/ Then they were most worthy.

** take farms/ To let them out again,/ To such men as must have them,/
Though it be to their pain:/ And to levy great fines/ Or to over the rent.

*E as propriedades do senhor Taylor, tão ricas,
Nelas havia mais madeira do que há
Na régua que as mediu na derradeira compra.
A natureza tem dessas vicissitudes.^{10*}*

Sem dúvida, perdiam-se propriedades em demandas, e os advogados estavam entre aqueles que lucravam. Mas trata-se de uma simples projeção identificar todo o processo de transformação da propriedade rural com a chegada desse tipo de “forasteiro”. Tal identificação fundamenta-se numa retrospectiva mistificadora. O “sr. Taylor”, com suas “ricas” propriedades, é uma figura simpática, mas não devemos imaginar que seu título de propriedade data dos tempos do Éden, tal como o do proprietário de Penshurst. É aqui que a ideia de uma ordem “tradicional” torna-se mais enganadora. Pois nenhum proprietário é inocente, em nenhuma etapa do processo, a menos que nós próprios resolvamos lhe atribuir inocência. Pouquíssimos títulos de propriedade, se investigados, se revelariam livres de mácula, no longo processo de conquista, roubo, intriga política, favoritismo palaciano, extorsão e poder do dinheiro. É uma ilusão profunda e persistente supor que o tempo confere a esses processos de aquisição tão conhecidos uma inocência que possa ser contrastada com a crueldade das etapas subsequentes desses mesmos impulsos essenciais. Não há por que negar os conflitos de interesse surgidos entre os proprietários estabelecidos e os ambiciosos recém-chegados, ou entre os donos de capital fundiário e os de capital mercantil; e sem dúvida tais conflitos tinham reflexos políticos na formação de partidos “do campo”, “da corte” e “da cidade”. Porém não cabe ao observador do século XX, ou a uma pessoa medianamente humanitária, tentar inserir-se, tomando partido, na complicada rede de ciú-

* We see those changes daily: the fair lands/ That were the client's, are the
lawyer's now/ And those rich manors there of goodman Taylor's/ Had once
more wood upon them, than the yard/ By which they were measured out for the
last purchase./ Nature hath these vicissitudes.

mes e rancores daquele processo histórico instável e relativo. Toda vez que nos deparamos com relatos detalhados das atividades dos proprietários de terras, sejam velhos ou novos, seus atos se enquadram bem na qualificação feita por um historiador moderno: “uma gente impiedosa”. As “antigas famílias” mencionadas com tanto sentimentalismo normalmente são apenas aquelas que estavam pressionando e explorando seus vizinhos havia mais tempo. E os “intrusos”, os recém-chegados, estavam penetrando e intensificando um sistema já estabelecido, o qual, por meio de suas pressões internas, estava desenvolvendo novas formas de rapacidade. Se queremos sentir piedade de alguém, é bom reservá-la para aqueles homens desprezados que estavam fazendo e trabalhando a terra, fosse para os antigos, fosse para os novos senhores.

Assim, o contraste temporário entre campo e cidade é de importância apenas indireta. Mas há aí uma outra dimensão que deve ser enfatizada. Obviamente, a cidade se alimenta daquilo que o campo a seu redor produz. Isso ela pode fazer graças aos serviços que oferece, em autoridade política, no direito e no comércio, àqueles que comandam a exploração rural, aos quais está normalmente associada por vínculos de necessidade mútua de lucro e poder. Mas então, em pontos marginais, à medida que os processos da cidade vão se tornando até certo ponto autoperpetuantes, e especialmente com a conquista estrangeira e o comércio exterior, surge uma nova base para o contraste entre uma “ordem” e a outra. Os agentes do poder e do lucro tornam-se, por assim dizer, alienados, e em certas situações políticas podem vir a tornar-se dominantes. Acima da rede de exploração há o que pode ser encarado como exploração real do campo como um todo pela cidade como um todo.

Pois é justamente porque a cidade normalmente concentra em si os verdadeiros processos socioeconômicos de toda a sociedade que se pode chegar a um ponto em que sua ordem e magnificência, mas também sua fraudulência e sua suntuosidade, parecem quase alimentar-se de si próprias, como no caso de

Roma — reproduzir-se na cidade como se não precisassem de nenhum fator externo. Assim, parasitas aglomeram-se em torno de serviços úteis, como ocorre nos submundos legal e social da Londres seiscentista. Em torno dos advogados que legitimam as incorporações de terras aglomeram-se os vigaristas e os trapaceiros profissionais. Em torno dos comerciantes que enriquecem aglomeram-se os bufarinheiros, os faróis de leilões e os embusteiros. Em torno da autoridade política aglomeram-se os alcaguetes, os intermediários, os despachantes e (na corte como em qualquer outro lugar) as prostitutas; alguns egressos da chamada aristocracia, outros em vias de tornar-se membros dela.

Um outro tipo de serviço passou a ser oferecido cada vez mais pela cidade, como resultado das alterações das leis de herança. A cidade tornou-se um necessário mercado de casamentos (o que posteriormente veio a ser chamado de “temporada”) para os proprietários rurais que viviam relativamente dispersos. Em torno desse mercado, aglomeravam-se caftens, proxenetas, acompanhantes profissionais, donos de salões, malandros mediadores e prostitutas. Uma vez estabelecidos de forma bem visível esses diversos submundos, tornou-se fácil projetar a imagem do homem simples chegando do interior com sua inocência rural e se vendo em meio a personagens tão surpreendentes. Sem dúvida, essa imagem não era totalmente falsa. Na comédia jacobita* — como em *New way to pay old debts*, de Massinger, ou *A trick to catch the old one*, de Middleton — a vitalidade desses submundos é evidente, e as tramas giram em torno de títulos de propriedade e hipotecas. Nessas peças, é bem fácil perceber a mesquinhez dos Overreach, dos Lucre, dos Hoard e Witgood e, acompanhando a ação a partir de um determinado ponto previamente selecionado, identificar-se com os “legítimos proprietários”, os bons e inocentes, que conseguem assegurar-se de suas propriedades, suas heranças, através dos becos tortuosos da corrupção urbana. Mas isso, normalmente, é sem

* Ou seja, do reinado de Jaime I (1603-25). (N. T.)

dúvida ideológico, pois o que jamais se examina é o verdadeiro passado, bem como o verdadeiro presente, daquela ordem rural “estabelecida” e “legítima” de onde eles provêm.

Na comédia do período da Restauração,* o contraste entre “campo” e “cidade” é feito com frequência, porém com uma certa ambiguidade evidente. As peças, escritas por e para os membros da sociedade elegante da cidade, evidentemente manifestam sentimentos ansiosos de rejeição — ou a aparência necessária de rejeição — da vida rural, vista como grosseira, desgraciosa ou simplesmente tediosa. Certos estereótipos rurais são formados: uma Blackacre, uma Hoyden ou um Tunbelly Clumsey; mais tarde, um Lumpkin,** toda a linhagem de Mummerset e o rude aldeão. É fácil rir desses tipos numa conversa descontraída em sociedade. Afastados das mansões rurais que ainda sustentavam muitos deles, os membros da sociedade urbana criaram a forma de antibucolismo mais arrasadora que se pode imaginar. A partir dessa perspectiva, o que se via agora era

um casarão disforme e isolado, que parece desabitado, de tão pequena que é a família. Lá, senhor, encontrareis minha mãe, uma tia velha e manca e a mim, todos empoleirados em cadeiras afastadas, num amplo salão, aborrecidos, como três ou quatro pássaros melancólicos num aviário espaçoso.¹¹

Essa vida tediosa, no entanto, ainda era associada a relacionamentos estáveis. Dentro da mesma visão, um compromisso amoroso era encarado como algo

* O período que vai de 1660 até mais ou menos 1688. (N. T.)

** Na comédia *The plain dealer* (1676), de William Wicherley, Blackacre é a viúva obcecada pelo jargão jurídico. Tunbelly Clumsey é um fidalgo rural com uma filha (Hoyden) em idade de se casar, na peça *The relapse* (1696), de John Vanbrugh, mais tarde readaptada por Richard B. Sheridan em *A trip to Scarborough* (1777). Tony Lumpkin, na comédia *She stoops to Conquer* (1773), de Oliver Goldsmith, é o desocupado ignorante mas esperto, que vive à custa da mãe. (N. E.)

mais aborrecido que o campo! Emília, tem pena de mim, que vou para aquele lugar tão triste. Já ouço até o ruído detestável das gralhas — có, có, có!¹²

Mas o que as aves gritam é o mesmo que o mundo grita no final: que é necessário estabelecer-se, arranjar uma propriedade e uma esposa. E é essa a raiz da ambiguidade de sentimentos. O que se fazia, em meio às ostentações, visitas e intrigas da sociedade londrina, era justamente arranjar casamentos que eram também transações de propriedades. Era impossível não encarar a coisa com cinismo enquanto o jogo estava sendo jogado, mas por outro lado esse cinismo jamais levava alguém a abrir mão das vantagens que estavam em jogo; e é por isso que o cinismo jamais se transformava em oposição pura e simples.

Young Fashion: Pois cá está nossa herança, Lory, desde que consigamos pôr as mãos nela. Mas parece-me que a mansão de nossa família é uma verdadeira Arca de Noé, como se os cômodos principais fossem feitos para as aves e os quadrúpedes.

Lory: Senhor, não vos preocupeis com estilos arquitetônicos; tratai de apossar-vos da herdeira e dane-se a casa.

Young Fashion: Pois eu digo: se eu me apossar da casa, dane-se a herdeira.¹³

Não surpreende, portanto, que o cinismo descarado dessa corte preliminar — e o termo “fazer a corte” parece bem apropriado nesse contexto — se prolongue no casamento, o qual, quando baseado numa transação de propriedades, não é menos imoral que o sexo mercenário da cidade. Pois o mais importante em relação ao cinismo dessas intrigas cansativas e mesquinhas — a ganância grosseira que reduz os participantes do jogo à condição mútua de objetos — é o fato de que se trata apenas da superfície de um cinismo mais profundo, o qual, em nome da estabilidade, de uma sociedade ordenada, reduziu os homens e as mulheres a portadores físicos de propriedades e rendas, expostos no mercado.

*Meu caso não é como o teu; negar quem há-de?
Casas com uma mulher; eu, com uma propriedade.*^{14*}

Quando o casamento é assim, ele não chega a contrastar moralmente com as intrigas das prostitutas e dos caçadores de fortunas. Todo sistema que coloque esse tipo de vantagem ou conveniência social acima de qualquer concepção de amor ou fidelidade fatalmente há de gerar, em seus centros visíveis, aqueles hábitos e climas que agora são imediatamente rotulados como típicos representantes da “imoralidade” do teatro da Restauração. Essa expressão aponta para algo que, seja admirado ou desprezado, não passa de uma imoralidade medíocre e superficial; uma reação desesperadamente rápida e exuberante, exausta e frágil à fria constatação das reais prioridades do sistema.

Assim, não há um contraste simples entre cidade pervertida e campo inocente, pois o que acontece na cidade é gerado pelas necessidades da classe rural dominante. A ratificação moral desse teatro não é o matrimônio em oposição a uma intriga ou caso amoroso, nem tampouco a esperteza contra a tolice, ou a virtude contra o vício, mas sim a necessidade de que a propriedade caia nas mãos devidas:

Uma escritura de transferência da totalidade dos bens imóveis de Arabella Languish, viúva, para a guarda de Edward Mirabell.¹⁵

Pois, se prestamos atenção às conversas animadas da cidade, vemos que elas nunca ficam por muito tempo sem girar em torno de questões de propriedade e renda. Até mesmo as aparentes exceções à regra — os inocentes, os despreziosos, os fiéis — normalmente terminam revelando-se herdeiros. No desenlace de *The plain dealer*, quando os golpes desonestos da cidade já

* The wise will find a difference in our fate;/ You wed a woman, I a good estate.

vieram todos à tona e foram denunciados, Fidelia oferece não apenas sua inocência mas também

esta dádiva que recebi por ocasião do falecimento de meu pai, um gentil-homem do norte, de bom nome, cuja única descendente sou eu, deixando-me uma renda atual de 2 mil libras por ano. [...]¹⁶

Assim é a vida.

A transição de mentalidade do contraste jacobita — entre um Wellborne e um Overreach* — para a unidade da Restauração — um Tunbely Clumsey e um Young Fashion — é, portanto, reflexo tanto de uma franqueza maior quanto de uma queda dos padrões éticos reais e aparentes. Sem dúvida, há agora uma atitude mais fria em relação aos processos reais por meio dos quais a terra é obtida. Um ideal — bem como uma mistificação — está morrendo. Contudo, não é necessário aceitar, em qualquer das etapas do processo, esse contraste entre cidade e campo tal como ele se oferece. Pois nas transações realmente importantes, quem, afinal, vinha do campo? Não era o trabalhador rural; a fome de sua família o mantinha na terra. Era o proprietário e seu filho já possuidor de renda própria, a esposa do proprietário e sua filha casadura, que vinham com um objetivo definido. Quando eram enganados ou trapaceados, ou ridicularizados por não acompanhar a moda, e então retrucavam com os padrões simples de honestidade do campo, podemos ver e sentir do ponto de vista das pessoas por trás das formas, mas o que devemos ver são as formas, já que os ossos estão reduzidos a pó. O que traziam consigo, e o que vinham promover, era fruto das vidas breves e duras dos que eram permanentemente trapaceados: os trabalhadores rurais, que nunca temos oportunidade de ver; os espoliados e despejados; todos os homens e mulheres cuja

* Wellborne e Overreach, personagens da comédia *A new way to pay old debts* (1625-6), de Philip Massinger, são, respectivamente, sobrinho e tio: o primeiro, pródigo; o segundo, cruel e ganancioso. (N. E.)

terra e cujo trabalho pagavam o transporte e o sustento dos outros. Moralmente, não era verdade que “Deus fez o campo e o homem fez a cidade”. O interior da Inglaterra, ano a ano, fora feito e refeito por homens, e a cidade inglesa era ao mesmo tempo sua imagem e seu agente (honesto ou desonesto, conforme interessasse). Se o que se via na cidade não podia ser aprovado, por tornar evidente a sordidez das relações decisivas que regiam a vida das pessoas, o remédio não era jamais a moralidade da vida simples e dos pensamentos nobres trazida por um visitante, nem uma conversa vazia sobre campos verdejantes. Era uma mudança das relações sociais e da moralidade essencial. E era precisamente nesse ponto que a ficção de “cidade e campo” era útil: para promover comparações superficiais e impedir comparações reais.

25. CIDADES E CAMPOS

I

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas.

No entanto, as ideias e imagens do campo e da cidade ainda conservam sua força acentuada. Essa persistência é tão significativa quanto a grande variedade, social e histórica, das ideias em si. O contraste entre campo e cidade é, de modo claro, uma das principais maneiras de adquirirmos consciência de uma parte central de nossa experiência e das crises de nossa sociedade. Isso, porém, dá origem à tentação de reduzir a variedade histórica de formas de interpretação aos chamados símbolos e arquétipos, ou seja, de abstrair até mesmo essas formas tão evidentemente sociais e dar-lhes um *status* basicamente psicológico ou metafísico. Muitas vezes, tal redução acontece quando constatamos que certas formas, imagens e ideias importantes persistem durante períodos de grandes transformações. Mas, se percebemos que a persistência depende das formas, imagens e ideias em mudança — ainda que muitas vezes de modo sutil, interna e, por vezes, inconscientemente —, podemos ver também que a persistência indica alguma necessidade permanente ou praticamente permanente, que se reflete nas diferentes interpretações que vão surgindo. Creio que há, de fato, uma tal necessidade, e ela é criada pelos processos de um desenvolvimento histórico específico. Contudo, se não vemos esses processos, ou se só os vemos por acaso, recaímos em formas de

pensamento aparentemente capazes de criar a permanência sem a história. Isso pode nos proporcionar satisfação emocional ou intelectual, mas então só teremos encarado metade do problema, pois em todas essas grandes interpretações é a coexistência de persistência com transformação que é realmente impressionante e interessante, e que é preciso explicar sem que uma seja reduzida à outra. Ou, em termos mais teóricos, devemos saber explicar, em termos relacionados, tanto a persistência quanto a historicidade dos conceitos.

As ideias da cidade e do campo estão entre os casos mais importantes a que esse problema se refere. Está claro, por exemplo, que uma ideia derivada da experiência de uma cidade medieval não pode ser encarada, em termos de uma continuidade meramente nominal, como uma ideia a respeito de uma metrópole do século XX, da mesma forma como uma concepção bucólica da Beócia rural não pode ser tomada como uma interpretação relevante do interior da Inglaterra moderna. Do mesmo modo, porém, não podemos dizer que o ideal de inocência bucólica ou o da cidade como agente civilizador, que surgem em tantas épocas e sob tantas formas, representem meras ilusões, sendo suficiente denunciá-las ou negá-las. A denúncia e a negação muitas vezes são de importância crucial, mas basta ter em mente as ideias em si para termos consciência desse fato, na persistência comparável de ideias a respeito da idiotice do campo ou da corrupção da cidade. Assim, somos levados a formular outras perguntas: que tipos de experiência essas ideias parecem interpretar, e por que certas formas ocorrem ou recorrem nesse ou naquele momento?

Para responder a essas questões, precisamos levantar, histórica e criticamente, as diversas formas assumidas pelas ideias. No entanto, vale a pena também parar em determinados momentos e realizar cortes transversais específicos: perguntar não apenas o que está acontecendo, num dado período, com as ideias do campo e da cidade, mas também a que outras ideias, dentro de uma estrutura mais geral, elas estão associadas. Por exemplo, temos de observar que a cidade está associada, nos séculos XVI e

XVII, ao dinheiro e à lei, e, no século XVIII, à riqueza e ao luxo; que há uma associação persistente, chegando ao auge no final do século XVIII e no XIX, à imagem da turba, das massas; que, nos séculos XIX e XX, a cidade é associada à mobilidade e ao isolamento. Cada uma dessas ideias tem uma certa persistência, mas o isolamento, por exemplo, só aparece como tema importante durante a fase de desenvolvimento metropolitano, enquanto a associação entre cidade e dinheiro vai desde a constatação de atos isolados de corrupção e intriga até a visão de um sistema comercial e político. Também há diferenças radicais como essas nas ideias relacionadas ao campo: a ideia de estabilidade, por exemplo, em oposição ao conceito de refúgio rural, que implica mobilidade. Cada ideia pode ser encontrada em períodos muito diferentes e parece depender de variações de classe, enquanto o outro contraste óbvio — entre uma ideia de campo cultivado, no qual o cultivo representa o crescimento honesto, e a ideia de terra selvagem ou intacta, em que se tem a natureza isolada em vez de cultivo — tem uma perspectiva histórica mais clara, por envolver, de modo evidente, uma atitude em relação a toda uma forma de vida determinada, em grande parte, por fatores estranhos a ela. O grau em que a realidade do trabalho humano se inclui na observação de um meio rural economicamente ativo é também, como já vimos, historicamente condicionado. Porém, dentro de um mesmo período podemos ver que numa ideia — como a da Idade do Ouro — uma semelhança aparente, ao ser examinada, acaba revelando-se um aglomerado de ideias diferentes, dependendo de seu usuário ser um aristocrata, um pequeno proprietário ou um trabalhador sem terra. Frequentemente, nesses casos de associação e variação interna, é mais importante saber que outras coisas estão sendo ditas do que saber o que se diz sobre o campo — do mesmo modo como, nos séculos XIX e XX, muitas vezes é mais importante saber que outras coisas estão sendo ditas do que saber o que está sendo dito, de modo convencional, a respeito da cidade.

Essa complexidade se dá em níveis muito profundos. Assim, por exemplo, faz sentido examinar três períodos em que são

particularmente comuns lamentos campestres evocando explicitamente um passado mais feliz: o final do século XVI e início do XVII; o final do século XVIII e início do XIX; o final do século XIX e início do XX. E então fica bem claro que cada um desses períodos corresponde a uma época de mudanças excepcionais na economia rural, cujos reflexos diretos podemos ver de diversas formas. Mas a questão não é apenas que cada um desses reflexos encerra outras ideias sociais ou metafísicas, mas também que a convenção que vê a vida no campo como uma existência tranquila perturbada por mudanças indesejáveis vindas de fora vem se tornando mais complexa, no século XX, devido ao surgimento de ideias muito semelhantes acerca das cidades. Reclamam das transformações ocorridas no campo os pequenos proprietários ameaçados, os habitantes das terras comunais ou mesmo, no século XX, os membros de uma classe de proprietários rurais, mas é fascinante ouvir as mesmas queixas — referentes à destruição de uma comunidade local, à expulsão dos que não têm muitas propriedades, à indiferença em relação aos costumes tradicionais — nas inúmeras campanhas a respeito dos efeitos da erradicação de bairros miseráveis, do planejamento urbano e das construções de aeroportos e autoestradas em muitas cidades do século XX, inclusive Londres. Certa vez ouvi uma defesa de Covent Garden,* em oposição aos planos de reurbanização da área, que em praticamente todos os detalhes era idêntica às defesas das terras comunais no tempo dos cercamentos realizados por ordem do Parlamento. Sem dúvida, as ideias a respeito do campo e da cidade têm conteúdos e desenvolvimentos históricos específicos, mas também está claro que, em determinados momentos, elas representam formas de isolamento e identificação de processos mais gerais. É muito comum dizer-se “a cidade” para se referir ao capitalismo, à burocracia ou ao poder centralizado; e “o campo”, como já vimos,

* O antigo mercado de Londres, que nos anos 1970 foi demolido e transformado num centro comercial e cultural. (N. T.)

em cada época tem um significado diferente, associado a ideias tão diversas quanto a independência e a pobreza, o poder da imaginação ativa e o refúgio da inconsciência. A cada momento, é necessário confrontar essas ideias com as realidades históricas, que por vezes as confirmam, outras vezes as negam. Contudo, precisamos também, ao ver o processo como um todo, confrontar as realidades históricas com as ideias, pois há ocasiões em que estas exprimem — não apenas de modo disfarçado e deslocado, porém mediando ou tentando, e às vezes conseguindo, transcender — interesses e objetivos humanos a que não temos como nos referir de outro modo. O problema não é apenas a dificuldade ou impossibilidade de encontrar outros termos e conceitos mais específicos; a questão é que no campo e na cidade, fisicamente presentes e substanciais, a experiência encontra um material que corporifica os pensamentos.

Fiz, portanto, um levantamento dos processos que julgo mais importantes, com suas principais variações, dentro de uma determinada literatura e de uma determinada sociedade: uma literatura, a inglesa, que é talvez mais rica do que qualquer outra em termos da gama de temas referentes ao campo e à cidade; e uma sociedade que atravessou um processo de desenvolvimento histórico — primeiro numa economia e numa comunidade rural, depois num contexto urbano — muito cedo e de modo muito completo; em última análise, é apenas uma história específica, mas ela tornou-se, sob alguns aspectos importantes, um modo de desenvolvimento dominante em muitas partes do mundo. Cada uma das fases dessa história pode ser examinada com mais profundidade isoladamente, e há formas alternativas de encarar a sequência, a interação e o desenvolvimento. Evidentemente, seria necessário realizar mais estudos comparativos: já existe muito material no campo da literatura francesa e da russa, nas quais tanto o campo quanto a cidade têm significados relacionados, porém específicos; do pensamento e da literatura alemãs, em que a ideia da cidade como centro cultural seguiu um curso particularmente positivo; da literatura e da cultura norte-americanas, em que a velocidade e a magnitude

do processo geraram ideias e imagens muito poderosas, por vezes universais; da cultura italiana, não apenas como fonte, mas também no caráter dramático de sua transição contemporânea; e, como já vimos, das literaturas do mundo em desenvolvimento, nas quais outras maneiras de ver um processo relacionado estão encontrando expressão literária. Espera-se que tudo isso venha a ser estudado de modo específico e comparativo, e essa esperança provavelmente se concretizará.

II

Mas a questão não é, como nunca foi, apenas estudar. O próprio fato de o processo histórico, em alguns de seus aspectos principais, ter se tornado internacional significa que agora dispomos de algo além de simples material para comparações interessantes. Estamos lidando — e sabemos que o estamos fazendo — com formas de uma crise geral. Contemplando a história da Inglaterra, principalmente no momento em que ela culmina com o imperialismo, vejo nesse processo de transformação das relações entre campo e cidade a força motriz de um modo de produção que efetivamente transformou o mundo. Assim, concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que esse modo de produção teve origem especificamente na economia rural da Inglaterra e lá produziu muitos dos efeitos característicos — aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a formação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado — que foram posteriormente encontrados, em diversas formas, em cidades e colônias e em todo um sistema internacional. E não me surpreende ver que os protestos referentes à destruição de Covent Garden refletem as queixas feitas pelos moradores das terras comunais, já que as forças do melhoramento e do desenvolvimento, sob essas formas específicas — uma combinação

de poder financeiro e poder político com objetivos diferentes dos de qualquer comunidade local, mas com sua própria lógica interior específica — são, sob um aspecto fundamental, semelhantes, enquanto fases do empreendimento capitalista.

O que as companhias de petróleo e de mineração fazem é o mesmo que faziam os proprietários de terras, o mesmo que faziam e fazem os donos de grandes fazendas coloniais. E muitos, seguindo seu exemplo, passaram a encarar a terra e suas propriedades como objetos de exploração com fins lucrativos: um lucro tão nítido que as necessidades muito diversas das diferentes comunidades locais são ignoradas, muitas vezes de modo brutal. Por mais difícil e complexo que seja esse processo, já que os aumentos de produção e a formação de novas formas de trabalho e riqueza são indubitavelmente reais, normalmente é mais necessário ver esse tipo de contraste — entre formas de comunidades e formas de exploração — do que ver o contraste mais convencional entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial: o campo seria um empreendimento em cooperação com a natureza, a cidade e a indústria seriam empreendimentos que se sobrepõem à natureza e a transformam. Há uma diferença qualitativa visível entre os resultados da agricultura e os resultados da mineração, mas, se só vemos esse contraste, só vemos alguns dos resultados. Os efeitos sobre as comunidades humanas, bem como sobre formas de vida tradicionais e com peculiaridades locais, são em muitos casos bem semelhantes. A terra, encarada em termos de fertilidade ou de riqueza mineral, em ambos os casos é vista abstratamente. Ela é utilizada num empreendimento que, durante certo tempo, deixa de lado todas as outras considerações. Após as radicais transformações físicas ocasionadas pela Revolução Industrial, tornou-se fácil para nós não ver como foram profundas as alterações que a agricultura causou na terra, de modo visível até hoje. Alguns dos mais antigos e notáveis efeitos ambientais, tanto negativos quanto positivos, decorreram de práticas agrícolas: em alguns casos, a terra tornou-se mais fértil, mas em outros lugares a utilização excessiva de um prado como pasto reduziu a terra a um deserto; por

vezes os desmatamentos criaram terras boas para o cultivo, mas em outras circunstâncias a derrubada das árvores destruiu a terra e provocou a erosão. Alguns desses efeitos são mais antigos que a ordem capitalista, porém o modo de produção capitalista continua a ser, em termos de história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de todos esses tipos de transformação física e social. A cidade é apenas uma maneira convencional de se ver essa espécie de transformação; e o campo, como agora quase todos sabem, é sem dúvida outra. De fato, a mudança da atitude mais antiga de admiração pela terra cultivada para o amor intenso aos lugares em que a natureza permanece "intacta" é um registro preciso desse processo persistente, e de seus efeitos em uma de suas etapas mais ativas.

Mas nesse caso também é preciso traçar uma distinção entre tais técnicas de produção e o *modo* de produção que e sua forma social específica. Damos a essas transformações técnicas os nomes de melhoramento e progresso, aplaudimos alguns de seus efeitos e criticamos outros, e acabamos nos sentindo indiferentes ou divididos, um estado mental em que, repetidamente, as ideias mais abstratas e ilusórias a respeito de uma forma natural de vida no campo nos tentam ou, ao menos, nos fascinam. Ou então acabamos dizendo que é esta a condição humana: a escolha irresolúvel entre um materialismo necessário e uma humanidade igualmente necessária. Muitas vezes tentamos resolver o dilema estabelecendo uma divisão entre trabalho e lazer, ou sociedade e indivíduo, ou cidade e campo, não apenas mentalmente mas também em subúrbios e cidades planejadas, casas de campo e apartamentos na cidade, na distinção entre dias úteis e fins de semana. Nesse ponto, contudo, normalmente constatamos que os iniciadores dos melhoramentos, os comandantes das transformações, já chegaram há mais tempo e estabeleceram raízes mais profundas — já realizaram uma divisão bem-sucedida, em proveito próprio. A mansão senhorial, como já vimos, foi uma das primeiras formas que essa solução temporária assumiu, e, no século XIX, ao mesmo tempo que os novos

senhores da produção capitalista construíam mansões novas, recuperava-se igual número de mansões antigas, outrora dos antigos senhores — por vezes ancestrais dos novos — da velha ordem rural. É notável o grau em que esse padrão tem sido fisicamente imitado, resultando até em casas de campo geminadas e modos de lazer de fim de semana. Em todas as suas etapas, um capitalismo imensamente produtivo ampliou tanto os recursos quanto os modos de produção que, ainda que de modo desigual, criam e reprimem reações a seus efeitos.

Assim, muitas vezes é difícil, diante desse processo contínuo que contém a substância de uma parte tão substancial de nossas vidas, reconhecer de modo adequado o caráter específico do modo capitalista de produção, o qual não consiste na utilização de máquinas nem de técnicas de melhoramento, e sim no fato de que a propriedade de tais coisas está concentrada nas mãos de uma minoria. De fato, à medida que a concentração de propriedade, primeiro da terra, depois de todos os meios de produção importantes, foi dando forma a um sistema e um Estado, com muitos tipos de mediação política e cultural, foi natural que a percepção diminuísse, embora a realidade se intensificasse. Muitos ruralistas modernos, muitos conservacionistas urbanos veem "o Estado" e "o planejamento central" como seu principal inimigo, embora seja evidente que o que o Estado está administrando e os planejadores estão servindo é um sistema econômico capitalista em todos os seus objetivos, procedimentos e critérios mais importantes. O sistema rodoviário, as demolições de prédios decadentes, a substituição de bairros compostos de residências e pequenas lojas por grandes edifícios comerciais e supermercados podem aparecer sob a forma de um plano social, mas não se conhece um caso em que as prioridades de um sistema capitalista não tenham sido consideradas desde o início. Pode tratar-se de um simples projeto industrial ou de mineração: nesse caso, a decisão original foi tomada e será por fim determinada por proprietários interessados no lucro. O sistema rodoviário levará em conta suas necessidades e preferências quanto a modos de distribuição e

de transporte, e são essas preferências que determinam as prioridades, seja no caso do favorecimento ao caminhão em detrimento do trem, ou na situação mais geral em que a própria terra é encarada, abstratamente, como uma rede de transporte — do mesmo modo como, num outro contexto, pode ser vista, de modo igualmente abstrato, como uma oportunidade para a produção. As demolições e o déficit habitacional estão igualmente relacionados às modificações sofridas pelos padrões de habitação em consequência de uma série de decisões, tomadas por uma minoria, a respeito de onde serão oferecidos empregos, seguindo-se critérios de lucro e conveniência interna. As chamadas políticas regionais são tentativas de remediar as consequências dessas prioridades, e não de atuar de modo decisivo contra elas. O equilíbrio entre indústria e agricultura, sob todas as suas manifestações físicas nas relações entre cidade e campo, é o produto, ainda que mediado por outros fatores, de um conjunto de decisões sobre o investimento de capitais tomadas pela minoria que controla o capital e determina a sua utilização mediante cálculos de lucratividade.

Quando vivemos há muito tempo no contexto de um sistema assim, é difícil não cair no erro de ver nele uma realidade prática necessária, ainda que censurável sob diversos aspectos. Mas a questão é que não foram apenas as histórias específicas do campo e da cidade e de suas inter-relações imediatas que foram determinadas, na Inglaterra, pelo capitalismo. A questão é que o caráter global do que denominamos sociedade moderna também foi determinado do mesmo modo. A indiferença competitiva e a sensação de isolamento nas cidades grandes têm uma relação profunda com as formas de competição social e alienação que são promovidas exatamente por esse tipo de sistema. Essas experiências nunca são exclusivas, já que, no contexto dessas pressões e limitações, as pessoas encontram outras soluções, formam outras ligações e tentam viver com base em outros valores. Porém o impulso central permanece.

Do mesmo modo, a maioria das pessoas já vive em cidades há tanto tempo que se tornaram necessárias novas formas de

comunicação, as quais por sua vez revelam tanto a extensão quanto a mobilidade do processo urbano e industrial e apropriação e exploração desses mesmos meios para fins capitalistas. Não me refiro apenas à publicidade, embora ela seja uma deformação específica da cidade capitalista. Também não me refiro apenas à concentração minoritária da propriedade dos órgãos da imprensa, com a consequente especialização de seus objetivos. Refiro-me à conversão de um modo social necessário em formas específicas. É muito surpreendente o fato de que, em reação à cidade e a uma sociedade e um mundo mais profundamente inter-relacionados, desenvolvemos hábitos específicos concernentes à informação, num sentido modificado. O jornal matutino, o programa de rádio da hora do café da manhã, a programação noturna da televisão são, nesse sentido, formas de orientação nas quais nosso senso social fundamental é ao mesmo tempo visado e, de modos específicos e limitados, confirmado.

Wordsworth percebeu que, quando nos sentimos inseguros num mundo de pessoas aparentemente estranhas, mas que exercem um efeito comum decisivo sobre nós, e quando a nosso redor circulam forças que irão alterar nossas vidas de modos aparentemente externos e irreconhecíveis, podemos buscar segurança recuando para uma subjetividade profunda, ou então podemos procurar no mundo que nos cerca imagens sociais, signos sociais, mensagens sociais, com as quais possamos nos identificar enquanto indivíduos, mas de modo a descobrir, de alguma forma, um senso comunitário. Boa parte do conteúdo das comunicações modernas consiste nesse tipo de sucedâneo de relações com o mundo diretamente encontráveis e transitivas. Pode ser corretamente relacionado à escala e complexidade da sociedade moderna, cujo exemplo mais evidente é sempre a cidade, porém generalizou-se, atingindo as mais remotas regiões rurais. É uma forma de consciência compartilhada, mais do que um mero conjunto de técnicas. E, enquanto forma de consciência, não pode ser entendida através de analogias retóricas como "aldeia global". Nada poderia ser mais diferente de

qualquer espécie de aldeia ou comunidade ativa estável. Pois, em suas utilizações principais, as comunicações modernas constituem uma forma de consciência desigualmente compartilhada de eventos persistentemente externos. Trata-se do que parece acontecer, transmitido e mediado através desses veículos poderosos, num mundo com o qual não temos quaisquer outras ligações perceptíveis, mas que sentimos ser ao mesmo tempo um elemento central e um fator marginal em nossas vidas. Esse paradoxal conjunto de relação unilaterais, que por si só determina o que consideramos informações e notícias relevantes, é, portanto, uma forma específica de consciência, inerente ao modo de produção dominante, no qual, de modos curiosamente semelhantes, nossas habilidades, nossas energias, nossa organização cotidiana de nossas vidas, nossas conceitualizações da forma de toda uma vida são em grande parte definidas e determinadas por formulações externas de uma realidade necessária: aquela realidade externa, conscientemente produzida — externa porque seus meios são controlados por uma minoria —, com a qual, numa parte muito grande de nossas vidas, aparentemente somos obrigados a aprender, por falta de opção.

Com frequência manifestam-se relações sociais subjacentes desses modos habituais e convencionais. O sistema de comunicações não é constituído apenas pela rede de informações, mas também pela rede de transportes. A cidade, evidentemente, sempre foi associada a uma concentração de tráfego. Nos sistemas de transportes modernos, isso continua a acontecer, e o problema chega a parecer insolúvel em muitos casos. Mas o tráfego não é apenas uma técnica; é também uma forma de consciência e uma forma de relações sociais. Não estou me referindo apenas ao fato evidente de muitos dos problemas do tráfego decorrerem de uma série de decisões quanto à localização dos lugares de trabalho e à centralização do poder político; decisões que, na verdade, jamais foram tomadas socialmente, e sim impostas pelas prioridades de um modo de produção. Refiro-me também às formas do tráfego moderno. É impossível ler as primeiras descrições de movimentadas ruas

de metrópoles — as pessoas vistas como átomos isolados, fluindo nesta ou naquela direção; uma corrente comum de identidades e direções separadas — sem ver, ao lado delas, esse modo de relação representado pelo automóvel: privado, fechado, um vínculo individual num fluxo comum que o pressiona e é apenas um aglomerado de indivíduos; certas convenções subjacentes de controle externo, mas dentro delas uma rápida sucessão de sinais de alerta, proibição, concessão, irritação, enquanto seguimos, cada um o seu caminho individual, porém num modo comum. E isso não é mais apenas um traço da cidade, embora seja mais evidente nela. Em toda uma rede que se estende sobre a terra, é assim que, num determinado nível, nos relacionamos; mais ainda, é uma forma de comunidade, entremeadada com aquilo que, numa concepção mais antiga, entendemos como comunidades — cidades grandes e pequenas, aldeias — e muitas vezes as influencia de modo crucial.

Em todas essas relações sociais concretas e formas de consciência, concepções do campo e da cidade, muitas vezes de um tipo mais antigo, continuam a atuar como intérpretes parciais. Mas nem sempre percebemos que, em seu direcionamento geral, elas representam posicionamentos em relação a um sistema social global. Particularmente a partir da Revolução Industrial, mas a meu ver já desde os primórdios do modo capitalista de produção agrícola, as poderosas imagens que temos da cidade e do campo constituem maneiras de nos colocarmos diante de todo um desenvolvimento social. É por isso que, em última análise, não podemos nos limitar a contrastá-las; precisamos também examinar suas inter-relações e, através destas, a forma concreta da crise subjacente.

Por exemplo, é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos desse modo, fica faltando o presente. A ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre

campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos.

Nesse ponto, podemos ser auxiliados por aspectos da história das ideias. Já vimos que com frequência uma ideia do campo é uma ideia da infância: não apenas as lembranças localizadas, ou uma lembrança comum idealmente compartilhada, mas também a sensação da infância, de absorção deliciada em nosso próprio mundo, do qual, no decorrer do processo de amadurecimento, terminamos nos distanciando e nos afastando, de modo que essa sensação e o mundo tornam-se coisas que observamos. Em Wordsworth e Clare, bem como muitos outros escritores, essa estrutura de sentimento é expressa de modo poderoso, e já vimos de que modo ela frequentemente é em seguida convertida em ideias ilusórias do passado rural: temos aquelas sucessivas, sempre retrospectivas, "Inglaterra feliz da minha infância". Mas agora o interessante é que já temos um número suficiente de histórias e memórias de infâncias urbanas para perceber esse mesmo padrão. A velha comunidade urbana proletária: o prazer das lojinhas de esquina, lampiões de gás, fiacres, bondes, quiosques, tudo isso — é a impressão que se tem — vem desaparecendo em gerações sucessivas. Esses costumes e objetos urbanos parecem ter, na literatura, a mesma substância emocional concreta que têm os riachos, as áreas comunais, as sebes, as cabanas e os festivais no cenário rural. E ao dizer isso não se quer negar nem denegrir esse tipo de sentimento, e sim perceber o verdadeiro processo de mudança descrito nesses textos de memórias, à medida que descobrimos o processo comum a todos eles.

Pois o que está em questão, em todos esses casos, é um crescimento e uma alteração da consciência: um processo histórico repetido em muitas vidas e muitos lugares que é, fundamentalmente, uma alteração da percepção e dos relacionamentos. O que antes era fechado, absorvente, familiar, percebido internamente, torna-se separado, distinguível, crítico, mutável, observado externamente. Esse processo se dá nas terras comu-

nais e nas ruelas tranquilas, na aldeia ou no bairro. Podemos, é claro, dizer que se trata de um processo inevitável; que essa formação da consciência adulta é profundamente necessária, mesmo que seja apenas para constatar que esses mundos a que se tem apego eram, e são, criações do homem. Mas temos de dizer também que a aldeia ou ruela da criança não é e não pode ser a aldeia ou ruela do adulto contemporâneo, que trabalha. Projetar lembranças de infância, ainda que verdadeiras, como representações da história, sem qualquer ressalva, gera grandes confusões. Finalmente, o que temos a dizer é que vivemos num mundo no qual o modo de produção e as relações sociais dominantes ensinam, inculcam e se propõem a normalizar, e mesmo a petrificar, modos de percepção e ação distanciados, separados e externos: modos de usar e consumir, em vez de aceitar e desfrutar, pessoas e coisas. A estrutura de sentimento das memórias é, portanto, significativa e indispensável enquanto reação a essa deformação social específica. No entanto, essa importância só pode ser reconhecida após realizarmos o julgamento histórico de que essas memórias representam visões infantis, que a experiência adulta contemporânea contradiz ou ressalva, e que um processo de crescimento humano foi ele próprio deformado por essas determinações internas profundas a respeito do que deve ser uma consciência adulta, neste mundo de uso, consumo e abstração. Não é tanto a aldeia antiga ou a ruela de outrora que é significativa, e sim a percepção e a afirmação de um mundo onde o sujeito não é necessariamente um estranho e um agente, onde ele pode ser um membro, um descobridor, numa fonte de vida compartilhada. Naturalmente, por si só isso não basta. Mais ainda: quando elaboradas em fantasias a respeito das aldeias e ruelas do passado, essas lembranças podem mesmo perder sua relevância imediata. A construção de um mundo adulto e produtivo desse tipo exigiria uma consciência crítica arguta e uma prolongada atividade. Contudo, podemos ver aqui, num exemplo central, a verdadeira etiologia de algumas das imagens poderosas do campo e da cidade, quando a experiência não alienada é o passado rural, e a experiência realista é

o futuro urbano. Se tomamos apenas as imagens, podemos passar de um para o outro, mas sem nada entendermos. Pois o que é necessário é realmente examinar, tanto no caso do campo quanto no da cidade, os processos sociais concretos de alienação, separação, exterioridade e abstração. E temos de fazer isso não apenas de modo crítico, na história necessária do capitalismo rural e urbano, mas substancialmente, afirmando as experiências que, em muitos milhões de vidas humanas, são descobertas e redescobertas, muitas vezes sob pressão: experiências de relações diretas, recíprocas, cooperativas; e é somente através delas, em última análise, que poderemos definir qual foi a verdadeira deformação.

III

No final dos anos 1940 percebi que finalmente havia me separado da aldeia onde me criei. Comecei a escrever a respeito de minha visão dessa experiência, nas sete versões que acabaram formando o romance *Border country*. Através dessas versões, descobri-me relacionando a minha experiência a um processo histórico mais geral de mobilidade física e social e, além disso, a uma crise de instrução e classe — que explorei e, em seguida, retomei ao ler, como se pela primeira vez, os romances de George Eliot, Hardy e Lawrence. Também fui obrigado a olhar para a aldeia mais uma vez, estabelecendo uma certa tensão entre minhas lembranças de infância e a experiência adulta da geração de meu pai. Mas mesmo isso não era bastante. Muitos leitores acham que o personagem Harry Price, o sinaleiro que cuida de seus jardins, é um retrato de meu pai; mas isso não é bem verdade. Constatei que, para captar o movimento geral, eu teria de distinguir e afrontar o que vira em meu pai como impulsos e modos conflitantes. Precisei imaginar outro personagem, Morgan Rosser, político e comerciante, cujo relacionamento com Harry Price permitisse exprimir e elaborar o que me parecia um conflito interior. Os modos de contempla-

ção e de ação, de absorção no trabalho e de transformações no sentido da mobilidade e da crítica, teriam de ser expressos num relacionamento para que o complexo desenvolvimento da vida da aldeia fosse integralmente representado. Além disso, havia o filho, o observador, mais especificamente distanciado; ligado a esses dois modos, essas duas figuras paternas, e prolongando a ação em seu trabalho na cidade.

Utilizei o mesmo método, de dividir e depois ligar, para exprimir essa crise interna, num romance urbano, *Second generation*, que era essencialmente o mesmo movimento, num meio diferente. Tratava-se de uma imagem de tráfego, de relacionamentos enquanto tráfego e de tentativas de encontrar outros relacionamentos, tão claramente quanto em *Border country*; com sua forma mais simples da ferrovia e das mudanças por ela introduzidas no campo. É desse modo que, de uma forma mais geral, venho encarando todo o problema desde então. A experiência utilizada nos romances transformou-se nas questões que coloquei à tradição.

Mas houve uma ocasião, enquanto eu escrevia *Border country*, em que senti uma tristeza súbita, aparentemente dissociada de meu tema. Senti, creio que porque alguém me dissera isto, que a experiência rural, o campo economicamente ativo, havia morrido; que na Grã-Bretanha ele não passava de algo marginal; e que com o tempo isso se tornaria uma realidade em todo o mundo. Aceitei essa ideia, em um determinado nível, por um tempo que agora me parece impossível. Vejo agora que era um dos impulsos que constantemente me faziam voltar à literatura rural e à história do campo. E já não sei exatamente quando, de repente, me dei conta de que isso simplesmente não era verdade. Mesmo enquanto eu estava mostrando nos romances uma experiência diferente e persistente, essa ideia se mantinha em minha consciência. Quando por fim percebi que era falsa, concluí que devia procurar suas origens. Estas não eram apenas, como se poderia pensar, os ruralistas sentimentais, embora minha própria experiência pessoal me obrigasse a encará-las. Eram também — e isto tinha mais importância — os progressistas da metrópole, muitos deles

supostamente internacionalistas e socialistas, cujo desprezo pelas sociedades rurais só podia ser comparado à confiança que depositavam num futuro industrial urbano que eles iriam converter, de um modo ou de outro — através da modernização, da tecnologia de ponta, da revolução —, em socialismo. Ainda há tantos escritores e pensadores de cada um desses tipos que é preciso muito tempo e esforço para se olhar ao redor e afirmar que a ideia de uma economia rural perdida que todos eles aceitavam é falsa.

Então não seria ela falsa? Não seria óbvio que na Grã-Bretanha a agricultura tornou-se uma atividade marginal? Foi esse o primeiro tipo de erro que aprendi a perceber: uma persistência, que passa despercebida nos velhos países imperialistas, de uma espécie de chauvinismo abstrato: a ideia de que o que acontecia com eles era o que estava acontecendo, ou viria a acontecer, com todos os outros países. A maioria das nações do mundo ainda era predominantemente rural, mas dentro da divisão do mundo estabelecida pelo imperialismo esses países não contavam; era como se não existissem. Mesmo aqueles que viam essas nações sendo exploradas, dentro da divisão imperialista do mundo, não entendiam necessariamente que, dentro dessa situação e das lutas a ela implícitas, uma agricultura ativa, uma economia rural em uma de suas formas possíveis, teria forçosamente de persistir — nos próprios países explorados e, para que alguns elementos da exploração pudessem ser diminuídos, naqueles países que já eram abstraídos como países metropolitanos desenvolvidos. Talvez hoje em dia mais pessoas já tenham consciência disso. As realidades da crise de alimentos e de população vêm sendo ampla e corretamente divulgadas. Para que possamos sobreviver, teremos de desenvolver e ampliar a agricultura. Assim, a ideia comum de um mundo rural perdido não é apenas uma abstração desta ou daquela etapa de um processo histórico contínuo (e muitas dessas etapas já vão tarde): está em contradição direta com qualquer visão efetiva do futuro, no qual o trabalho agrícola deverá se tornar mais importante e central, e não menos. É uma das mais impressionan-

tes deformações do capitalismo industrial o fato de uma de nossas atividades mais centrais, urgentes e necessárias ter sido tão deslocada, no espaço, no tempo ou em ambos, que só é associada ao passado ou a terras distantes.

Em parte, essa atitude agora está mudando, mesmo na nossa velha Europa imperialista. Mas o futuro da agricultura ainda é visto, aqui e no Terceiro Mundo, basicamente sob formas capitalistas, envolvendo especialmente um deslocamento social em massa. No entanto, há maneiras muito diferentes de realizar isso, que estão sendo postas em prática em outros lugares. E a urgência de fazê-lo de maneiras não capitalistas está vinculada a um outro aspecto complementar da crise: a situação e o futuro das cidades e da indústria. Um dos méritos de alguns escritores rurais, que muitas vezes não é reconhecido por haver outros elementos presentes, é a ênfase que dão à complexidade do meio ambiente natural. Agora que as ameaças a esse meio ambiente se tornaram mais óbvias, nossas ideias mais uma vez são forçadas a mudar. Algumas das imagens mais negras da cidade têm de ser encaradas, literalmente, como futuros possíveis. Um excesso patológico de confiança nos poderes especializados do industrialismo metropolitano nos levou a uma situação em que, por maior que seja a precisão com que avaliamos esses poderes, a ameaça à sobrevivência humana está se tornando evidente, e mesmo se sobrevivermos, como acredito que vamos conseguir, será claramente impossível continuar do modo como estamos.

É necessário dizer isso, à medida que se aprofunda a crise da vida moderna metropolitana e industrial, juntamente com a crise ainda mais séria da miséria persistente e insolúvel do resto do mundo, ainda que tenhamos consciência de que isso pode facilmente levar a mais um lamento bucólico ou a uma atitude de fatalismo cético. É importante ter em mente o grau de destruição do meio ambiente que foi e continua sendo causada pelo modo progressista de agricultura capitalista; não se trata de uma crise causada apenas pela indústria. Analogamente, devemos assumir que o reconhecimento da crise e quase todas as soluções possíveis são funções da conscientização de uma

capacidade de observar e intervir flexível e altamente móvel, lançando mão de técnicas e modos de planejamento e conservação, mas atuando também — o que é ainda mais crítico — na área que realmente determinará nosso futuro: a das decisões. À medida que vamos percebendo o meio ambiente como uma totalidade e registrando as consequências de tantas atividades abstraídas e separadas, começamos a ver que todas as decisões importantes dizem respeito a modos de interesse e controle social. Começamos a ver que os poderes ativos do capital, concentrado nas mãos de uma minoria, sob todas as suas formas possíveis, constituem nossos inimigos mais ativos, e que será necessário não apenas persuadi-los, mas sim derrotá-los e ultrapassá-los. A magnitude e o inter-relacionamento das decisões necessárias exigem poderes sociais e recursos sociais que são negados, atacados e alienados pelo capitalismo em todas as suas formas. A consciência social diferente dos trabalhadores espoliados e dos trabalhadores urbanos, fruto do protesto e do desespero, tem de se manifestar de novas formas, como uma sociedade coletivamente responsável. Nem a cidade irá salvar o campo, nem o campo, a cidade. Em vez disso, a velha luta travada em ambos se tornará um conflito generalizado, o que num certo sentido ela sempre foi.

Temos mais com que trabalhar do que normalmente pensamos. A Inglaterra rural costuma ser considerada algo do passado, e sem dúvida as mudanças são evidentes. Mas, se compararmos a ideia com o campo real, vemos o quanto dele ainda está presente, mesmo nessa nação excepcionalmente industrializada e urbanizada. Quatro quintos da superfície de nossa terra: a terra cultivada, boa parte dela mais bem tratada do que jamais foi no passado; a terra inculta, agora mais acessível, por meio de um complicado processo de pressões e abertura. A maior parte das experiências naturais e vivências de trabalho, recriadas de modo tão poderoso pela nossa literatura rural, ainda continuam à nossa disposição. Em muitos lugares o campo ainda é belo, e em muitos casos podemos atuar, de diversas maneiras,

no sentido de conservá-lo e embelezá-lo. Já tive oportunidade de desmoitar um bosque e depois ver as primulas, as campainhas e as dedaleiras voltarem; de consertar e reconstruir velhos muros de pedra; preparar sebes e cavar valas em lugares havia muito tempo abandonados, aprendendo a fazer essas coisas com homens competentes. E, se compararmos a ideia da cidade com a realidade urbana, veremos que, apesar das extraordinárias pressões, muito pode ser feito, com dedicação e inteligência, no sentido de tornar as cidades mais limpas e melhores, de realçar e desenvolver o que elas têm de melhor. Saber essas coisas em primeira mão também implica saber da constante ameaça de destruição, fruto de ação deliberada ou da indiferença. Mas cada processo é um fato; nem nos melhores nem nos piores temos causas ganhas ou perdidas — o que temos é uma luta ativa, imediata e persistente. É também, como veremos, uma luta muito complicada, que atinge todos os setores de nossas vidas.

IV

Venho afirmando que o capitalismo, enquanto modo de produção, é o processo básico por trás da maior parte da história do campo e da cidade que conhecemos. Ao longo de séculos, seus impulsos econômicos abstratos, suas prioridades fundamentais no campo das relações sociais, seus critérios de crescimento, lucro e prejuízo vêm alterando nosso campo e criando os tipos de cidades que conhecemos. Em suas manifestações finais, sob a forma de imperialismo, ele alterou o mundo.

Encarando a história desse modo, naturalmente estou convicto de que a resistência ao capitalismo é a forma decisiva de defesa humana necessária. Muitas posturas específicas de defesa não chegam a perceber esse processo decisivo, e torna-se necessário desafiá-las a levar as ideias e os sentimentos até as últimas consequências. Muitas outras, porém, afirmam-se integralmente como posturas defensivas, como formas de oposição ao que denominam “mundo moderno”, no qual o capitalismo ou a tec-

nologia podem até ser incluídos, mas sem especificidade: trata-se de uma reação fundamentalmente defensiva, sem depositar nenhuma confiança em qualquer forma alternativa de vida, ou substituindo essa confiança por visões utópicas ou apocalípticas, que não podem associar-se a nenhuma prática ou movimento social imediato. Mas que movimento — pergunta-se — realmente poderia ser levado a sério? Vejam-se o socialismo e o comunismo: historicamente são os inimigos do capitalismo, mas quanto aos detalhes, e em muitos casos mesmo quanto aos princípios, no que diz respeito ao campo e à cidade, dão prosseguimento ou mesmo intensificam alguns dos mesmos processos fundamentais.

Trata-se de uma dificuldade histórica e política real. Trótski afirmou que a história do capitalismo era a história da vitória da cidade em detrimento do campo.¹ Mas ele próprio, nos anos cruciais que se seguiram à Revolução Russa, esboçou um programa que visava exatamente esse tipo de vitória, em grande escala, com o fim de derrotar o capitalismo e preservar o socialismo. Stálin pôs em prática esse programa, levando-o às últimas conseqüências, e com tamanha brutalidade que essa “vitória”, ou seja, a derrota dos camponeses, constituiu uma das fases mais terríveis de toda a história da sociedade rural. As necessidades e prioridades locais eram desesperadoras: uma economia destruída e uma terrível escassez de alimentos; era o capitalismo rural, ainda que adotando formas novas, que se espalhava. Mas a maneira como o processo se deu, e o espírito dentro do qual foi concebido, não eram apenas brutais: tinham origem em uma ambiguidade do marxismo que, por sua vez, veio a ter conseqüências importantes para o caráter da sociedade como um todo.

Como já vimos, Engels foi um dos primeiros a ver na cidade moderna uma conseqüência social e física do capitalismo, construída e vivida em termos capitalistas. Mais tarde, ele acrescentou a ideia decisiva de que os próprios processos de perturbação e empobrecimento, sob essas formas específicas, haviam dado origem a um movimento proletário e socialista

capaz de pôr fim ao capitalismo e criar relações sociais diferentes e tipos diferentes de comunidades humanas. No *Manifesto comunista*, Marx e Engels afirmavam que “a burguesia sujeitou o campo ao domínio das cidades [...] criou cidades enormes [...] fez com que países bárbaros e semibárbaros se tornassem dependentes dos civilizados”;² a já conhecida história do capitalismo e do imperialismo. Afirmavam que essas relações de centralização e dependência haviam criado condições favoráveis à revolução, e num certo sentido tinham razão.

Mas havia uma ambiguidade no âmago dessa argumentação. Marx e Engels denunciavam o que estava sendo feito no progresso dilacerador do capitalismo e do imperialismo; insistiam em que era necessário que os homens lutassem no sentido de suplantá-los e nos indicaram alguns caminhos. No entanto, nessa denúncia estava implícito um outro conjunto de julgamentos de valor: a burguesia havia “salvado uma parte considerável da população da idiotice da vida rural”; as nações subjugadas eram “bárbaras e semibárbaras”; as potências dominantes eram “civilizadas”.³ Assim, com base nesse tipo de confiança nos valores singulares de modernização e da civilização foi criada uma distorção fundamental na história do comunismo. O proletariado urbano empobrecido aprenderia e criaria novas formas de sociedade, superiores à existente: se a mensagem fosse apenas isso, tudo teria sido muito diferente. Mas, se as formas de desenvolvimento burguês continham, apesar de suas contradições, valores superiores à “idiotice rural” e à “barbárie”, então praticamente qualquer programa, em nome do proletariado urbano, podia ser justificado e imposto. A ironia terrível disso tudo é que os processos concretos da prioridade absoluta dada à cidade e à indústria, bem como a conseqüente prioridade dada às nações avançadas e civilizadas, tiveram o efeito de prejudicar não apenas os “idiotas rurais” e “bárbaros e semibárbaros” coloniais, mas também os próprios proletários urbanos, bem como as sociedades avançadas e civilizadas sobre as quais, por sua vez, as prioridades exerceram sua dominação, numa estranha distorção dialética. Ver que a pobreza gerava a

revolução era uma coisa; achar que mais pobreza geraria algo completamente diferente era, na melhor das hipóteses, uma esperança apocalíptica.

Essa dificuldade se resolveu de modo surpreendente no século XX. As revoluções ocorreram não nos países “desenvolvidos”, e sim nos “subdesenvolvidos”. A Revolução Chinesa, derrotada nas cidades, foi para o campo e lá ganhou a força que a levou à vitória. A Revolução Cubana foi da cidade para o campo, onde sua força se formou. Numa era de lutas de libertação nacional e social, as populações exploradas rurais e coloniais tornaram-se as principais fontes de revolta constante. Na famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, o “campo” cercava as “cidades”. Assim os “idiotas rurais” e os “bárbaros e semibárbaros” vêm sendo, há quarenta anos, a principal força revolucionária do mundo.

Podemos então olhar para trás, com base na perspectiva dada por essa experiência histórica, e reexaminar uma das formas subjacentes da ideia de revolução. Em alguns dos pensamentos fundamentais da tradição socialista, inclusive em Marx e Engels, encontra-se uma formação que é ao mesmo tempo a mais empolgante, a mais relevante e, no entanto, a menos desenvolvida em toda a história da argumentação revolucionária. Engels escreveu que o socialismo viria “abolir o contraste entre cidade e campo, que foi levado ao grau extremo pela sociedade capitalista atual”. Marx e Engels escreveram que a questão habitacional jamais poderia ser resolvida enquanto as “cidades grandes modernas” fossem conservadas e que somente com o socialismo seria possível restabelecer “a íntima conexão entre produção industrial e produção agrícola”. Os socialistas utópicos haviam formulado inúmeras propostas de novas formas de comunidades e sociedades equilibradas; William Morris, conforme já vimos, continuava defendendo uma posição assim. Mas devido a muitas pressões, no século XX, desde o impulso desenvolvimentista do capitalismo e do imperialismo até os hábitos mentais de classe dos intelectuais socialistas das metrópoles, essa ênfase extraordinária praticamente morreu. Suas palavras

de ordem ainda eram lembradas, porém como um velho sonho, idealista e infantil. Agora, contudo, essa ênfase está voltando à baila. A Revolução Chinesa a afirmou como linha política a ser adotada. E, entre os socialistas revolucionários ocidentais, a ideia foi retomada como reação à crise da civilização industrial e ao surgimento da noção de megalópole.

Podemos reformular a proposta em termos teóricos. A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, representa a culminação crítica do processo de divisão e especialização do trabalho que, embora não tivesse início com o capitalismo, foi desenvolvido dentro do capitalismo a um grau extraordinário e transformador. Essa divisão fundamental se manifesta sob outras formas: a separação entre trabalho mental e trabalho braçal, entre administração e execução, entre política e vida social. Os sintomas dessa divisão podem ser encontrados em todos os setores da vida que, agora, é comum a todos nós: na ideia e na prática das classes sociais; nas definições convencionais de trabalho e educação; na distribuição física de comunidades; e na organização temporal do dia, da semana, do ano e da existência. Boa parte do pensamento criativo de nossa época representa uma tentativa de reexaminar cada um desses conceitos e práticas. Baseia-se na convicção de que o sistema que os gera e deles se compõe é intolerável e não sobreviverá. Em diversos casos, esse pensamento constitui uma atitude não apenas analítica mas também programática, incluindo propostas de novas formas de processos decisórios, novas formas de educação, novas definições e práticas de trabalho, novos tipos de comunidades e de utilização da terra.

Lembro que, uma geração atrás, nos anos imediatamente depois da guerra, eu tinha a impressão de que, fora algumas formas simples de retrospecto idealizante, não havia mais nenhuma corrente de pensamento importante no mundo que não tivesse sido incorporada às formas fundamentais do sistema capitalista e imperialista. Mesmo o comunismo ortodoxo e a social-democracia ortodoxa — os adversários tradicionais do capitalismo e do imperialismo — continham muitas caracterís-

ticas desse sistema em suas formulações mais poderosas, o que era particularmente perigoso na medida em que essas características vinham fundidas com as antigas aspirações de libertação e desenvolvimento social. Mas ter essa impressão era ser pressionado em direção aos extremos de subjetivismo e fatalismo que dominavam nosso pensamento, um domínio que durou toda uma geração. Muitas visões de nossa crise atual eram, e ainda são, baseadas nessas formas subjetivistas e fatalistas.

Agora, no entanto, uma transformação mais profunda tornou-se evidente. Todas as prioridades convencionais voltam a ser questionadas. Outros tipos de propostas e análises sociais são elaboradas, até apresentarem uma certa iniciativa, se bem que muitas vezes sob formas confusas e ainda inacabadas. A confiança teórica — ainda que não prática — dos defensores do atual sistema já desapareceu. A posição em termos de ideias voltou a ser bem aberta — ironicamente — numa época em que as pressões práticas são quase esmagadoras.

Essa mudança de ideias e questionamentos básicos, especialmente nos movimentos socialistas e revolucionários, constitui para mim a conexão que venho procurando há tanto tempo, através das formas específicas de crises individuais e pessoais, e por meio de uma investigação extensa que assumiu diversas formas, mas culminou neste estudo sobre o campo e a cidade. Trata-se de uma série de questões que antes reduziam-se a uma, que antes moviam-se com a velocidade da luz: uma experiência pessoal, pelos motivos que aponteí, mas agora também uma experiência social, a qual, cada vez mais vem me vincular a muitas outras pessoas. É essa a posição, a consciência de forma, pela qual venho trabalhando. No entanto, mesmo agora ela ainda está começando a se formar. É o que está sendo feito e está por fazer, e não algo que esteja já feito.

Pois no momento nada é mais urgente do que tomar a ideia fundamental, o problema de ultrapassar a divisão de trabalho, e testá-la através de análises rigorosas, propostas rigorosas e práticas rigorosas. Isso só pode ser feito sob as novas formas do esforço cooperativo. Se queremos de fato realizar o que já

se delineia como um novo movimento, com o entendimento e a força necessários, teremos de explicitar em detalhe o que pode ser feito na prática, desde uma ampla gama de planejamentos regionais e de investimentos até mil e um processos de trabalho, educação e comunidade. Os efeitos negativos continuarão a se manifestar, numa pressão poderosa e aparentemente irresistível: efeitos físicos sobre o meio ambiente; uma crise simultânea das cidades superpovoadas e de um interior despovoado, não apenas no nível nacional mas também no internacional; tensões físicas e nervosas associadas a certos tipos característicos de trabalho e de carreira; o abismo crescente entre os ricos e os pobres do mundo, no contexto de uma crise de população e de recursos; o abismo semelhante entre as preocupações das pessoas e as decisões dos governos, num mundo em que as consequências militares, técnicas e sociais são todas, mais cedo ou mais tarde, inevitáveis. E ver os efeitos negativos, com menor ou maior urgência, pode ter o efeito de paralisar a vontade. O último refúgio da divisão de trabalho está dentro de nós, na divisão aparentemente intransponível entre o que queremos e o que nos julgamos capazes de fazer.

Só podemos vencer a divisão nos recusando a ser divididos. Essa é uma decisão pessoal, mas em seguida é uma ação social. Só posso registrar o que eu próprio aprendi. Outros haverão de aprender de modo bem diferente. Porém, como já disse, fui criado num lugar em que a divisão era visível, numa terra e numa família. Mudei-me do campo para a cidade, e agora moro e trabalho em ambos. Aprendi, sob muitas formas, os aspectos dessa história, as ideias e as imagens, na sociedade e na literatura que foram as primeiras a experimentar, mais a fundo, uma mudança que depois se tornaria universal, ou pelo menos seria proposta como modelo de desenvolvimento universal. Isso deixou em minha mente toda espécie de questionamento e complexidade, e precisei recriar essa experiência lentamente, em mim mesmo e na literatura, a fim de recuperar o presente e o futuro através de uma compreensão diferente de um passado que nos deu forma e nos fascina.

A investigação foi sempre limitada: o campo e a cidade dentro de uma única tradição. Porém ela me levou a um ponto em que posso propor a outras pessoas seus significados, suas implicações e suas interligações, para fins de discussão e revisão, de muitas formas de trabalho cooperativo — mas, acima de tudo, para enfatizar uma experiência e as maneiras de transformá-la, nos muitos campos e cidades em que vivemos.